



**Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Superior do Trabalho**

**CONTRATO PE-018/2019 – PRESTAÇÃO DE  
SERVIÇOS DE CONTINUADOS DE APOIO  
ADMINISTRATIVO NA ÁREA DE AUDITORIA  
MÉDICO-HOSPITALAR, ODONTOLÓGICA E  
CORRELATOS. (Processo TST N.º 502.605/2018-  
7).**

O **TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO**, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 00.509.968/0001-48, sediado no Setor de Administração Federal Sul, quadra 8, conjunto A, Brasília, DF, CEP 70070-943, telefone geral (61) 3043-4300, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Diretor-Geral da Secretaria do Tribunal, **GUSTAVO CARIBÉ DE CARVALHO**, e a empresa **AUDICARE – CONSULTORIA AUDITORIA E GESTÃO EM SAÚDE LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 05.285.983/0001-73, com sede no SMAS, n.º 6580, Bloco 02, 4º andar, sala 404, condomínio Park Shopping Corporate, Zona Industrial – Guará, CEP 71.219-900 – Brasília - DF, telefone (61) 3039-6703, [sebastianarodrigues@audicareauditoria.com.br](mailto:sebastianarodrigues@audicareauditoria.com.br), doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, neste ato representada por sua representante legal, **ANTÔNIA SEBASTIANA RODRIGUES**, portadora da cédula de identidade n.º 778.500-84 SSP/CE e CPF n.º 261.449.213-20, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, considerando o julgamento do Pregão Eletrônico n.º 018/2019, publicado no Diário Oficial da União do dia 04 de abril de 2019, e a respectiva homologação, que consta no Processo Administrativo TST n.º 502.605/2018-7, celebram o presente contrato, observando-se as normas constantes na Lei Complementar n.º 123/2006, nas Leis n.º 8.666/93, 10.520/2002, 8.078/90 e 9.784/99 e nos Decretos n.º 5.450/2005 e 8.538/2015, e ainda, mediante as cláusulas a seguir enumeradas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O objeto deste contrato é a prestação de serviços continuados de apoio administrativo na área de auditoria médico-hospitalar, odontológica e correlatos, bem como de assessoramento técnico ao Programa de Assistência à Saúde do Tribunal Superior do Trabalho – Programa TST-SAÚDE, conforme especificado na tabela abaixo, nos termos e condições constantes neste contrato, seus anexos e no edital.

Item	Especificação	Quantidade de postos de trabalho	Carga horária semanal
1	Auditoria Interna – Perícia Médica - Médico	2	20 horas
2	Auditoria Interna - Enfermeiro	3	30 horas
3	Auditoria Interna – Perícia Odontológica – Cirurgião Dentista	2	30 horas
4	Auditoria Interna – Faturamento - Faturista	3	40 horas
5	Auditoria Externa – Perícia Médica - Médico	1	20 horas
6	Auditoria Externa - Enfermeiro	1	30 horas





Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Superior do Trabalho

**Subcláusula primeira.** Os anexos deste contrato são os seguintes:

- I. Anexo I – Especificidades dos serviços e atribuições dos postos de trabalho;
- II. Anexo II – Requisitos para ocupação dos postos de trabalho e outros documentos a serem apresentados pela empresa;
- III. Anexo III – Planilhas de custos e formação de preços;
- IV. Anexo IV – Documentação complementar para empresas com tributação pelo regime de incidência não cumulativa;
- V. Anexo V – Resolução nº 7, De 18 de outubro de 2005; e
- VI. Anexo VI – Calendário administrativo do TST.

**Subcláusula segunda. Do regime de contratação:** o objeto do presente instrumento será executado por empreitada por preço global, em conformidade com o disposto na Lei n.º 8.666/1993.

**Subcláusula terceira.** A Contratada deverá observar durante toda a execução contratual que, no mínimo, dez por cento das vagas contratadas sejam provenientes de afrodescendentes, conforme Ato nº 779/GDGSET.GP de 20 de novembro de 2013, deste Tribunal.

**Subcláusula quarta.** A Contratada deverá observar na execução deste contrato os custos relacionados ao salário base definido, fornecimento de uniformes, treinamento dos empregados, indicação do preposto, implementação do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA e Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO, redução do efetivo durante o recesso forense do tribunal e demais obrigações que podem afetar a composição do valor da prestação dos serviços.

**Subcláusula quinta.** A Contratada prestará os serviços de segunda a sexta-feira, entre 7 e 19 horas, com atendimento ininterrupto aos usuários, devendo alocar os postos de trabalho em horários diferenciados a serem estabelecidos pelo Contratante.

- I. para atender às suas necessidades, o Contratante poderá solicitar a redistribuição dos postos de trabalho alocados, iniciando ou terminando sua jornada além do horário de funcionamento previsto nesta subcláusula;
- II. os postos de trabalhos cuja duração ultrapasse 4 (quatro) horas (não excedendo a 6 (seis) horas o trabalho) terão intervalo, para repouso ou alimentação, de 15 (quinze) minutos;
- III. os profissionais deverão registrar diariamente o horário de entrada e de saída dos postos de trabalho em meio indicado pelo preposto da Contratada;
- IV. excepcionalmente, sempre que julgar necessário, respeitada a jornada de trabalho, o Contratante poderá alterar o horário de um ou mais turnos de prestação dos serviços, bastando, para isso, que notifique a empresa com 72 (setenta e duas) horas de antecedência;

*Delegado*

*[Assinatura]*





**Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Superior do Trabalho**

- V. a carga horária dos profissionais deverá respeitar o disposto na convenção coletiva que a contratada apresentar na licitação, se houver.

**Subcláusula sexta.** Os serviços de **auditoria interna** e de **faturamento** e processamento de contas médico-hospitalares e odontológicas serão realizados nas dependências do TST-SAÚDE, localizado no Mezanino do Bloco A do Edifício Sede do Tribunal Superior do Trabalho, situado no Setor de Administração Federal Sul, Quadra 08, Conjunto A, Brasília-DF.

**Subcláusula sétima.** Os serviços de **auditoria externa** serão prestados nas dependências dos credenciados, contratados ou conveniados direta ou indiretamente ao Programa TST-SAÚDE.

**Subcláusula oitava.** Todas as atividades para desenvolvimento dos serviços objeto deste contrato que demandarem a participação dos gestores e/ou executores do contrato e a empresa contratada, na pessoa de seu preposto ou representante legal, deverão ocorrer nas instalações do Programa TST-SAÚDE, localizado no Mezanino do Bloco A do Edifício Sede do Tribunal Superior do Trabalho.

**Subcláusula nona.** Os postos de trabalho poderão ser requisitados a trabalhar inclusive nos feriados forenses, que são considerados os seguintes:

- I. Segunda-feira de carnaval;
- II. Quarta-feira santa;
- III. Quinta-feira santa;
- IV. 11 de agosto;
- V. 1º de novembro;
- VI. 8 de dezembro.

**Subcláusula dez.** Nos períodos de recesso forense ou em dias específicos, em razão de decisão da Administração do TST, poderá haver redução do horário de funcionamento dos postos de trabalho. Os dias em que poderão ocorrer reduções de horário são os seguintes:

- I. 20 de dezembro a 6 de janeiro do ano subsequente;
- II. 7 a 31 de janeiro;
- III. Quarta-feira de cinzas;
- IV. 2 a 31 de julho.

**Subcláusula onze.** Nos períodos de 20 de dezembro a 18 de janeiro do ano subsequente e de 2 a 31 de julho, mediante comunicação prévia, poderá haver redução de até 25% da quantidade total de postos estabelecida no objeto deste contrato, período em que o valor da fatura será reduzido de modo a retratar somente os postos devidamente implementados.

**Subcláusula doze.** Caso haja funcionamento regular dos postos de trabalho nos dias e horários estabelecidos nos itens anteriores, o TST pagará pelo valor contratado.





**Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Superior do Trabalho**

**Subcláusula treze.** Caberá à contratada adotar as providências que lhe competirem para viabilizar a suspensão da execução dos serviços de que tratam as subcláusulas dez e onze, observando, no que couber, quanto ao primeiro ano do contrato, o disposto nos arts. 139 e 140 da CLT.

**Subcláusula quatorze.** A empresa interessada em participar desta licitação deverá, para fins de proposta, verificar o calendário apresentado no Anexo X.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA**

O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, contados da data da sua assinatura, e poderá ser prorrogado mediante termo aditivo por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, com fundamento no art. 57, inc. II, da Lei n.º 8.666/93.

**Subcláusula primeira.** O contrato poderá ser prorrogado quando comprovadamente vantajoso para a Administração, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

- I. os serviços tenham sido prestados regularmente;
- II. a Administração mantenha interesse na realização dos serviços;
- III. o valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração; e
- IV. a Contratada manifeste expressamente interesse na prorrogação.

**Subcláusula segunda.** A vantagem econômica para prorrogação do contrato estará assegurada, sendo dispensada a realização de pesquisa de mercado, se:

- I. os reajustes dos itens envolvendo a folha de salários estiverem baseados em convenção, acordo coletivo da categoria ou em decorrência de lei;
- II. os reajustes envolvendo insumos (exceto quanto a obrigações decorrentes de acordo ou convenção coletiva de trabalho e de lei) e materiais forem efetuados com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA/IBGE.

**Subcláusula terceira.** A pelo menos cento e vinte dias do término da vigência deste instrumento, o Contratante expedirá comunicado à Contratada para que esta manifeste, dentro de três dias contados do recebimento da consulta, seu interesse na prorrogação do contrato.

**Subcláusula quarta.** Se positiva a resposta, o Contratante providenciará, no devido tempo, o respectivo termo aditivo.

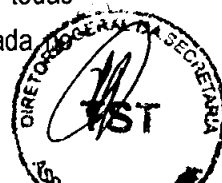
**Subcláusula quinta.** A resposta da Contratada terá caráter irretratável, portanto ela não poderá, após se manifestar num ou noutro sentido, alegar arrependimento para reformular a sua decisão.

**Subcláusula sexta.** Eventual desistência da Contratada após a assinatura do termo aditivo de prorrogação ou mesmo após sua expressa manifestação nesse sentido merecerá do Contratante a devida aplicação de penalidade, nos termos do *caput* da cláusula treze deste contrato.

**Subcláusula sétima.** Para fins de prorrogação a Contratada deverá comprovar todas as condições de habilitação exigidas na licitação, bem como atualizar a declaração apresentada

*Assinatura*

*Assinatura*





**Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Superior do Trabalho**

momento da assinatura do contrato, a qual deverá ser novamente firmada por todos os sócios que compõem o quadro societário da empresa, a fim de resguardar este órgão quanto à prática de nepotismo vedada pela Resolução nº 7, de 18/10/2005, com as alterações introduzidas pela Resolução 229, de 22/06/2016.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR**

O valor total deste contrato é de **R\$ 1.242.847,30 (um milhão, duzentos e quarenta e dois mil, oitocentos e quarenta e sete reais e trinta centavos)**.

**Subcláusula primeira.** O valor mensal deste contrato para os postos de serviço é de **R\$ 102.088,87 (cento e dois mil, oitenta e oito reais e oitenta e sete centavos)**.

**Subcláusula segunda.** O valor total e os valores unitários mensais (por posto de trabalho) estão discriminados nas planilhas de custos e formação de preços constante no Anexo III deste contrato.

**CLÁUSULA QUARTA - DA REPACTUAÇÃO**

Será permitida repactuação do contrato, desde que observada a periodicidade mínima de um ano, contado a partir:

- I. da data limite para apresentação das propostas, em relação aos custos com a execução do serviço decorrentes do mercado, tais como o custo dos materiais e equipamentos necessários à execução do serviço, bem como em relação às alíquotas do PIS e da COFINS para as empresas tributadas pelo regime de incidência não cumulativa; ou
- II. da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada às datas base destes instrumentos.

**Subcláusula primeira.** Inexistindo sentença normativa, convenção ou acordo coletivo de trabalho da categoria vigente à época da publicação do edital, a contratada terá direito à repactuação com a homologação do respectivo instrumento coletivo.

**Subcláusula segunda.** No caso de publicação de novo acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente os valores envolvendo a folha de salários serão reajustados proporcionalmente ao aumento do piso salarial da categoria.

**Subcláusula terceira.** A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quanto forem necessárias em respeito ao princípio da anualidade do reajuste dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.





**Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Superior do Trabalho**

**Subcláusula quarta.** Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação.

**Subcláusula quinta.** As repactuações serão precedidas de solicitação da Contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo acordo ou convenção ou dissídio coletivo que fundamenta a repactuação, conforme for a variação de custos objeto da repactuação.

**Subcláusula sexta.** É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

**Subcláusula sétima.** Quando da solicitação da repactuação para fazer jus a variação de custos decorrente do mercado, esta somente será concedida mediante a comprovação pelo contratado do aumento dos custos, considerando-se:

- I. as particularidades do contrato em vigência;
- II. a nova planilha com a variação dos custos apresentada;
- III. indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes; e
- IV. a disponibilidade orçamentária do Contratante.

**Subcláusula oitava.** Quando da solicitação da repactuação, a empresa tributada pelo regime de incidência não cumulativa deverá apresentar os documentos exigidos no Anexo IV deste contrato, subitens 1.1 a 1.4 para fins de repactuação do percentual das alíquotas do PIS e da COFINS.

**Subcláusula nona.** O Contratante poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela Contratada.

**Subcláusula dez.** Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

- I. a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa a repactuação;
- II. em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações; ou
- III. em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, convenção ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

**Subcláusula onze.** Os efeitos financeiros da repactuação deverão ocorrer exclusivamente para os itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

*Handwritten signature*





**Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Superior do Trabalho**

**Subcláusula doze.** As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

**Subcláusula treze.** As repactuações a que o contratado fizer jus e não forem solicitadas durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.

**Subcláusula quatorze.** Inexistindo sentença normativa, convenção ou acordo coletivo de trabalho, a repactuação dos preços da mão de obra terá como base pesquisa de mercado, limitada à variação do IPCA, neste caso contando-se o interregno mínimo de um ano da data da apresentação da proposta.

- I. a pesquisa terá como base os salários praticados para o mesmo cargo em contratos firmados com a Administração Pública.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas oriundas deste contrato correrão à conta dos recursos orçamentários consignados ao Contratante, programa de trabalho 02.301.0571.2004.0001, elemento de despesa 3.3.90.37, nota de empenho 2019NE000605, emitida em 05/04/2019.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DOS PRAZOS**

A Contratada deverá executar os serviços, objeto contratual, na forma e prazos especificados neste contrato e seus anexos.

**Subcláusula primeira.** Os prazos de adimplemento das obrigações contratadas admitem prorrogação nos casos e condições especificados no § 1º do art. 57 da Lei 8.666/93, em caráter excepcional, sem efeito suspensivo, devendo a solicitação ser encaminhada por escrito, com antecedência mínima de 1 (um) dia do seu vencimento, anexando-se documento comprobatório do alegado pela Contratada.

**Subcláusula segunda.** Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente ou indevidamente fundamentados, e a aceitação da justificativa ficará a critério do Contratante.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

A execução do objeto deste contrato será fiscalizada por um servidor, ou comissão de servidores, designados pela Administração, doravante denominado Fiscalização, com autoridade para exercer toda e qualquer ação de orientação geral durante a execução contratual.

**Subcláusula primeira.** São atribuições da Fiscalização, entre outras:

- I. solicitar à Contratada e a seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento da

*Assinatura*





**Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Superior do Trabalho**

execução contratual e anexar aos autos do processo correspondente cópia dos documentos que comprovem essas solicitações;

- II. acompanhar e atestar a prestação dos serviços contratados e indicar a ocorrência de inconformidade desses serviços ou não cumprimento do contrato, notificando a Contratada para regularizar a situação em prazo estipulado;
- III. promover, mensalmente, por ocasião da atestação dos serviços prestados, rigorosa conferência do faturamento, de acordo com registro próprio de controle da prestação dos serviços, e encaminhar para pagamento da fatura apenas após a Contratada comprovar a quitação das obrigações previdenciárias e trabalhistas;
- IV. manter organizado e atualizado um sistema de controle em que se registrem as ocorrências ou os serviços descritos de forma analítica;
- V. notificar a Contratada da presença de empregados sem uniforme ou crachá, que embarcem ou dificultem a Fiscalização;
- VI. disponibilizar espaço físico, móveis e equipamentos necessários à realização dos serviços, como, por exemplo, computador, impressora e calculadora de mesa;
- VII. encaminhar à Coordenadoria de Material e Logística do Tribunal os documentos para exame e deliberação sobre a possível aplicação de sanções administrativas.

**Subcláusula segunda.** A Fiscalização solicitará aos profissionais terceirizados ou à Contratada, a cada 6 meses a contar do início da vigência do contrato, extratos do INSS e do FGTS dos profissionais que prestam serviço no TST, para fins de verificação se as contribuições previdenciárias e os depósitos do FGTS estão sendo realizados.

- I. a fiscalização deverá solicitar extratos no percentual mínimo de 50% do total de profissionais vinculados ao contrato;
- II. os profissionais cujos extratos não foram solicitados e conferidos em um determinado semestre serão obrigatoriamente incluídos na solicitação semestral seguinte, independentemente do início ou do término de prestação de serviços ao TST;
- III. os extratos deverão ser solicitados pela fiscalização até o dia 10 (dez) do mês seguinte à conclusão de cada período de 6 (seis) meses;
- IV. detectada irregularidade nos depósitos do FGTS ou nos recolhimentos ao INSS, as Comissões de Fiscalização poderão solicitar os extratos mais de uma vez durante o período de 6 (seis) meses e comunicar à Coordenadoria de Material e Logística para efeito de aplicação de penalidades contratuais;

*Handwritten signature*







**Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Superior do Trabalho**

- V. a empresa terá 10 (dez) dias de prazo para entregar os extratos à Comissão de Fiscalização, a qual deverá analisá-los no prazo de 5 (cinco) dias úteis, considerando o volume de documentos a serem analisados.

**Subcláusula terceira.** A ação da Fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais.

**CLÁUSULA OITAVA - DO RECEBIMENTO E DA ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS**

O objeto do presente contrato será recebido das seguintes formas:

- I. **provisória**, mediante termo circunstanciado, imediatamente após a entrega da nota fiscal, para efeito de posterior verificação de sua conformidade;
- II. **definitiva**, mediante termo circunstanciado, em até cinco dias úteis após a verificação da perfeita execução das obrigações contratuais, ocasião em que se fará constar o atesto da nota fiscal.

**Subcláusula primeira.** Em caso de apresentação, em um mesmo momento, de mais de uma fatura para pagamento, o prazo para ateste da Fiscalização será de até 5 (cinco) dias úteis para cada nota fiscal a ser conferida.

**Subcláusula segunda.** Os serviços executados em desconformidade com o especificado neste contrato, no instrumento convocatório ou o indicado na proposta serão rejeitados parcial ou totalmente, conforme o caso, e a Contratada será obrigada a corrigi-los no prazo estipulado pela Fiscalização, contado da data do recebimento da notificação, sob pena de glosa dos custos previstos na proposta e não comprovados, sem prejuízo da aplicação de penalidade previstas na cláusula treze deste contrato.

**Subcláusula terceira.** As notificações relacionadas à execução do contrato, inclusive relacionadas à apresentação de documentos, suspendem os prazos de recebimento e de pagamento até que a irregularidade seja sanada.

**Subcláusula quarta.** O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança dos serviços prestados, nem a ético-profissional pela perfeita execução contratual, dentro dos limites estabelecidos pela lei.

**CLÁUSULA NONA - DO PAGAMENTO**

Os pagamentos serão efetuados mensalmente, em moeda corrente nacional, em até dez dias úteis após cada recebimento definitivo, mediante apresentação das notas fiscais devidamente atestadas pela Fiscalização, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados na legislação aplicável.

**Subcláusula primeira.** A Contratada deverá emitir documento fiscal em conformidade com a legislação tributária, sob pena de devolução para que haja o acerto do faturamento, e apresentá-la acompanhada da documentação descrita nos subitens subsequentes:

*Handwritten signature*

*Handwritten signature*





Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Superior do Trabalho

- I. Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Certificado de Regularidade do FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
  - a. a manutenção da condição de irregularidade perante o fisco, ou a ocorrência reiterada da não apresentação de certidões negativas ou positivas com efeito de negativas, permitirá a notificação do fato à autoridade fazendária competente e a rescisão contratual, respeitada a ampla defesa, em face de configurada a inexecução do contrato e a ofensa à regra trazida no art. 55, inciso XIII, da Lei n.º 8.666/1993.
- II. Folha de Pagamento Analítica, referente ao **mês dos serviços faturados**, na qual constem todos os empregados que atuaram no Tribunal, mesmo que transitoriamente, em substituição à mão de obra faltante;
  - a. no mês em que houver pagamento de alguma parcela referente ao 13º salário, a Contratada deverá apresentar, na fatura do mês seguinte, também a folha de pagamento do benefício acompanhada do respectivo comprovante de pagamento.
- III. Comprovante de quitação da Folha de Pagamento, referente ao **mês dos serviços faturados**, emitido pela instituição financeira responsável pelo crédito em conta bancária do empregado, contendo nome completo do beneficiário, CPF, data do pagamento (crédito) e valor creditado;
  - a. outras formas de comprovação de quitação da Folha de Pagamento serão analisadas pela Fiscalização, a fim de se assegurar a fidedignidade das informações apresentadas, podendo ser determinada a entrega do comprovante descrito no inciso anterior;
  - b. no mês em que houver pagamento de alguma parcela referente ao 13º salário, a contratada deverá apresentar, na fatura do mês seguinte, também o comprovante de pagamento deste.
- IV. Comprovante de pagamentos dos auxílios alimentação e transporte de todos os empregados que atuaram no Tribunal, mesmo que transitoriamente, em substituição à mão de obra faltante, referente ao **mês seguinte** ao faturado na nota fiscal;
  - a. a prova de pagamento dos auxílios alimentação e transporte poderá ser representada por relação nominal assinada pelo respectivo empregado, ou por documento emitido por administradoras de cartões de crédito, assinado pelo seu responsável em todas as páginas. A relação ou o documento deve estar organizado alfabeticamente e mencionar a data em que foi efetivado o

*Assinatura*





Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Superior do Trabalho

recebimento desses benefícios, o período a que corresponde o uso e os valores percebidos;

- b. caso algum empregado opte por não receber o vale transporte, a Contratada deverá apresentar, junto com a documentação no mesmo mês da não opção, declaração específica devidamente datada e assinada pelo empregado, sendo o valor passível de glosa na fatura correspondente.

V. Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP), referente ao **mês dos serviços faturados**, representada e acompanhada pela seguinte documentação:

- a. cópia do Protocolo de Envio de Arquivos, emitido pela Conectividade Social, cujo Número Referencial do Arquivo (NRA) corresponda ao conteúdo do campo "Nº Arquivo" dos relatórios gerados no fechamento do movimento, com a finalidade de garantir que tais relatórios refiram-se ao protocolo de envio;
- b. cópia da Relação dos Trabalhadores Constantes no Arquivo SEFIP – RE que conste todos os empregados que prestaram serviço no TST, inclusive substitutos;
- c. cópia da Relação de Tomadores/Obras – RET do Tribunal Superior do Trabalho, do resumo da empresa e de eventuais tomadores em que constem trabalhadores que atuaram como substituto no TST no mês de competência;
- d. cópia do Resumo das Informações à Previdência Social Constantes no Arquivo SEFIP – Tomador/Obra;
- e. cópia do Comprovante de Declaração das Contribuições a Recolher à Previdência Social e a Outras Entidades e Fundos;
- f. cópia da Guia da Previdência Social (GPS), com autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou do comprovante emitido quando o recolhimento for efetuado pela internet, no valor apurado no Comprovante de Declaração das Contribuições a Recolher à Previdência Social e a Outras Entidades e Fundos;
- g. cópia da Guia de Recolhimento do FGTS (GRF), com autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou do comprovante emitido quando o recolhimento for efetuado pela internet, no valor apurado na GFIP;
- h. a vinculação da GRF com a GFIP encaminhada será verificada a partir da verossimilhança do código de barras da Guia de Recolhimento do FGTS e daquele contido nas páginas componentes do arquivo SEFIP.

*Handwritten signature*





Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Superior do Trabalho

- VI. O Contratante, a qualquer tempo, poderá solicitar à empresa a comprovação da situação individualizada, por empregado, dos depósitos referentes ao FGTS e dos recolhimentos das contribuições previdenciárias dos empregados.
- VII. Quando ocorrer admissão ou demissão de pessoal, será necessário o encaminhamento dos exames médicos admissionais e demissionais dos empregados, das cópias das carteiras de trabalho com os registros feitos pela empresa e, nos casos de demissão, dos Termos de Rescisão de Contrato de Trabalho, das notificações de aviso prévio, da Guia de Recolhimento Rescisório do FGTS com o Demonstrativo do Trabalhador de Recolhimento do FGTS Rescisório e do extrato atualizado do FGTS, integrando-se à documentação exigida para pagamento da nota fiscal.
- a. os Termos de Rescisão entregues ao Contratante deverão estar acompanhados do comprovante de pagamento das verbas rescisórias, caso o empregado não tenha recebido as verbas por ocasião da lavratura do Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho, e conter a assinatura do empregado e do empregador;
- b. quando exigível, os Termos de Rescisão deverão estar homologados pelo sindicato que assiste a categoria profissional do trabalhador.
- VIII. Nos casos de remanejamento de empregados para prestação de serviços em outros órgãos ou para a Administração da empresa, deverá ser encaminhada a folha de pagamento e a RE do Arquivo SEFIP relativas ao novo tomador ou à administração da Contratada, integrando-se à documentação exigida para pagamento da nota fiscal.
- IX. Por ocasião das férias de empregado, deverá ser encaminhado o respectivo aviso e o comprovante de quitação ao trabalhador, integrando-se à documentação exigida para pagamento da nota fiscal.
- X. Juntamente com a nota fiscal referente aos serviços prestados no mês de **dezembro** de cada ano, a contratada deverá apresentar a GPS (Guia da Previdência Social) da competência 13.
- XI. Juntamente com a nota fiscal referente aos serviços prestados no mês de **janeiro** de cada ano, a Contratada deverá apresentar a Guia de Recolhimento do FGTS e Informação à Previdência Social (GFIP) da competência 13 do ano anterior, representada e acompanhada pela documentação descrita no inciso V acima.
- XII. A nota fiscal e a documentação descrita nos incisos I a V acima deverá ser apresentada até, no máximo, **o dia 25 do mês subsequente ao da prestação dos serviços.**





**Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Superior do Trabalho**

**Subcláusula segunda.** Quando houver ressalva no ateste dos serviços pela Fiscalização, no que concerne à execução do objeto do Contrato e demais obrigações contratuais, ocorrerá a interrupção da contagem do prazo para pagamento, a partir da comunicação do fato à Contratada, até que o prazo concedido pela fiscalização se encerre ou a Contratada regularize a situação, o que ocorrer primeiro.

- I. a Contratada, face ao não atendimento, estará sujeita à glosa de valores correspondentes ao custo do direito trabalhista ou previdenciário representado pela documentação não apresentada.

**Subcláusula terceira.** As faturas serão entregues exclusivamente na Coordenadoria de Material e Logística do Tribunal Superior do Trabalho, situada no SAFS, quadra 8, conjunto A, bloco A, térreo, sala AT-18, e deverão estar acompanhadas da documentação exigida no edital e no Contrato, **preferencialmente em arquivo digital**, para fins de liquidação e pagamento das despesas.

- I. No decorrer da execução contratual, poderá ser alterado o local de entrega da nota fiscal, mediante prévia notificação à Contratada.

**Subcláusula quarta.** As faturas deverão corresponder à prestação dos serviços do mês de competência.

**Subcláusula quinta.** Em conformidade com a Resolução n.º 169/2013, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), na ocasião do pagamento mensal, serão retidos da Contratada, em conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação - os custos relativos às provisões de férias e adicional de férias; ao 13º salário; à multa do FGTS por dispensa sem justa causa; à incidência do submódulo 4.1 da Planilha de Custos e Formação de Preços, sobre os valores de 13º salário e férias com adicional; e ao valor das despesas com a cobrança de abertura e de manutenção da referida conta vinculada.

- I. os valores depositados na conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – deixarão de compor o valor mensal devido à empresa;
- II. os valores retidos da Contratada referentes às provisões com férias e abono de férias; 13º salário; multa do FGTS; incidência do submódulo 4.1 da Planilha de Custos e Formação de Preços, sobre os valores de 13º salário e férias, serão liberados somente quando da ocorrência e do pagamento das verbas trabalhistas, com prévia autorização do Contratante, na forma prevista na Resolução CNJ n.º 169/2013.

**Subcláusula sexta.** Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

*Assinatura*

*[Assinatura manuscrita]*





**Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Superior do Trabalho**

$$I = \frac{\left(\frac{TX}{100}\right)}{365} \text{ e } EM = I * N * VP$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

**Subcláusula sétima.** A Administração do TST está por este Contrato expressamente e irrevogavelmente autorizada a fazer desconto nas faturas para realizar os pagamentos dos **salários, benefícios (auxílios alimentação e transporte) e outras verbas trabalhistas relacionadas ao contrato (ex.: férias, rescisões)** diretamente aos trabalhadores vinculados ao Contrato, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem adimplidos pela Contratada.

- I. a contratada deverá apresentar a documentação necessária para o pagamento direto dos salários, benefícios e outras verbas trabalhistas relacionadas ao contrato, no prazo máximo de **48 (quarenta e oito) horas** após o recebimento da notificação da fiscalização do Contrato ou da SCTER/CMLOG.
- II. quando não for possível a realização dos pagamentos pela própria Administração, esses valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem usados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e do FGTS.

**Subcláusula oitava.** Eventuais valores proporcionais para faturamento ou para glosas, a exemplo do primeiro e último mês da prestação dos serviços, serão apurados *pró-rata die*, considerando-se nos cálculos os efetivos dias do mês da prestação de serviços.

**Subcláusula nona.** Quando a soma do total de faturas pagas à Contratada em um exercício financeiro exceder o limite de receita bruta anual para Empresa de Pequeno Porte prevista no inciso II do art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006, o TST comunicará tal fato à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

## **CLÁUSULA DEZ - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

Na execução deste contrato, a Contratada se obriga a envidar todo o empenho necessário ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhe são confiados e, ainda, a:

- I. executar os serviços na forma e em prazo não superior ao máximo estipulado neste contrato, observando os parâmetros da boa técnica e da excelência no atendimento, bem como em observância às determinações e recomendações emanadas da fiscalização;

*Signature*

*Signature*





**Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Superior do Trabalho**

- II. contratar, sob sua inteira responsabilidade, os profissionais a serem alocados nos postos de trabalho para a execução dos serviços, observando as condições a seguir:
  - a. ter idade mínima de 18 anos;
  - b. ter aptidão física e mental para o exercício de suas atribuições;
  - c. apresentar os documentos obrigatórios para ocupação dos postos de trabalho, conforme exigências do Anexo II.
- III. selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando pessoas com boa conduta e demais referências, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho;
- IV. manter nas dependências do Contratante cadastro atualizado dos profissionais alocados nos postos de trabalho, de forma que o contratante possa verificar, a qualquer tempo, a conformidade dos requisitos exigidos para o preenchimento dos postos ocupados;
- V. apresentar, em até 5 (cinco) dias após o início do contrato, a seguinte documentação:
  - a. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, número da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
  - b. carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;
  - c. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços;
  - d. documento contemplando informações de contato da contratada e seus representantes como: endereço, telefone fixo, comercial, móvel e endereço eletrônico (e-mail);
  - e. comprovantes de atendimento aos requisitos profissionais do posto de trabalho;
  - f. sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados neste inciso deverão ser apresentados no prazo de 5 (cinco) dias a contar da data de admissão do empregado.
- VI. garantir o quantitativo de pessoal contratado para os postos de trabalho nos casos de atraso, falta, folga e licença ou férias de qualquer empregado;
  - a. substituir, dentro do prazo máximo de 2 (duas) horas, os atrasos e ausências de empregados nos postos de trabalho;





**Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Superior do Trabalho**

- b. as ausências dos profissionais nos postos de trabalho não supridas serão descontadas do faturamento mensal no valor correspondente ao número de dias ou horas em que se verificar a ausência do profissional no posto de trabalho, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste contrato;
- c. as faltas e ausências dos postos de trabalho deverão ser supridas por outro profissional que atenda aos requisitos exigidos neste contrato;
- d. remunerar o profissional substituto com o salário devido ao profissional substituído e recolher os encargos correspondentes previstos contratualmente e na legislação vigente à época da substituição;
- e. manter disciplina nos locais dos serviços e, após comunicação da Fiscalização, substituir, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, os empregados cuja permanência, atuação ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina, à técnica ou ao interesse dos serviços;
- f. substituir imediatamente, após comunicação da Fiscalização, o empregado que não se apresentar limpo e asseado, quer no aspecto de vestuário e calçado, quer no aspecto de higiene pessoal;
  - i. nos casos em que o empregado não puder utilizar o calçado especificado nesta alínea, a contratada deverá fornecer calçado alternativo, dentro dos padrões e normas de segurança exigidos, além de fornecer relação nominal desses empregados, acompanhada dos respectivos atestados médicos.
- g. substituir definitivamente, sempre que exigido pela Fiscalização, qualquer profissional alocado no posto de trabalho cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse do serviço público ou ainda quando do não cumprimento das suas obrigações, ficando vedado o retorno dos profissionais substituídos às dependências do Tribunal, mesmo para cobertura de licenças, dispensas, suspensão ou férias de outros profissionais;
- h. substituir, no prazo de 10 (dez) dias, definitivamente, o empregado do quadro efetivo que eventualmente for dispensado do posto de trabalho vinculado ao Contrato.

- VII.** apresentar, quando houver demissão de empregados, a seguinte documentação, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de demissão do empregado:







**Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Superior do Trabalho**

- a. exames médicos demissionais dos empregados dispensados;
  - b. cópia das Carteiras de trabalho com os registros feitos pela empresa;
  - c. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria ou pela legislação vigente;
  - d. notificação de Aviso Prévio;
  - e. guia de Recolhimento Rescisório do FGTS (GRRF) devidamente paga juntamente com o Demonstrativo do Trabalhador de Recolhimento Rescisório do FGTS, quando houver;
  - f. extrato atualizado do FGTS.
  - g. os Termos de Rescisão entregues ao contratante deverão estar acompanhados do comprovante de pagamento das verbas rescisórias, caso o empregado não tenha recebido as verbas por ocasião da lavratura do Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho, e conter a assinatura do empregado e do empregador.
- VIII.** pagar, incondicionalmente, até o 5º (quinto) dia útil do mês, os salários dos empregados envolvidos nas atividades contratadas e fornecer, até o último dia do mês anterior ao faturado na nota fiscal, auxílio alimentação e vale-transporte correspondentes ao mês seguinte, ou fornecer transporte próprio que atenda aos respectivos deslocamentos;
- a. no mês de início do contrato, o pagamento do auxílio alimentação e do vale transporte deverá ser feito até o primeiro dia útil do início da execução contratual;
  - b. os valores dos salários a serem pagos aos ocupantes dos postos de trabalhos deverão obedecer ao mínimo estabelecido em convenção ou acordo coletivo de trabalho;
  - c. o pagamento dos salários e dos benefícios previstos em lei aos empregados não poderá estar vinculado ao recebimento pelos serviços prestados;
  - d. o pagamento dos salários deverá ser feito por depósito bancário, na conta dos empregados, em agências situadas na localidade em que ocorre a prestação dos serviços;
  - e. em caso de impossibilidade de cumprimento do disposto na alínea anterior, a contratada deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração possa verificar a realização do pagamento.
- IX.** reajustar os salários dos funcionários alocados nos postos de trabalho objetos deste contrato, conforme os percentuais e períodos de reajuste pactuados em instrumento coletivo de trabalho das categorias profissionais abrangidas neste

*Handwritten signature*





**Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Superior do Trabalho**

documento. Inexistindo sentença normativa, convenção ou acordo coletivo de trabalho, a repactuação dos preços da mão de obra terá como base pesquisa de mercado, limitada à variação do IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, neste caso, considerando o interregno mínimo de 01 (um) ano da data da apresentação da proposta;

- a. a pesquisa terá como base os salários praticados para o mesmo cargo em contratos firmados com a Administração Pública.
- X. indicar, formalmente, Preposto, nos termos do art. 68 da Lei n.º 8666/93, para resolução de problemas, manter entendimentos com os fiscais do contrato, receber comunicações e transmiti-las à Fiscalização;
  - a. o Preposto, aceito pela Fiscalização para representar administrativamente a contratada, durante o período de vigência do contrato, deverá comparecer ao TST, sempre que for necessário ou determinado pela fiscalização;
  - b. a designação do Preposto não poderá recair sobre quaisquer profissionais ocupantes dos Postos de Trabalho;
  - c. o Preposto designado pela contratada não poderá assumir qualquer Posto de Trabalho especificado neste instrumento, quer definitivamente, quer transitória em substituição à mão-de-obra faltante;
  - d. o trabalho do Preposto objetiva a promoção de contatos com a Fiscalização durante a execução do Contrato e o atendimento aos profissionais em serviço, com entrega de contracheques, vale-transporte, auxílio-alimentação, acompanhamento do registro do ponto de frequência, fornecimento de uniforme, emissão de relatório, controle e autorização de faltas, de ausências e de outras atividades administrativas de responsabilidade da contratada;
  - e. o Preposto deverá exercer o acompanhamento e o controle das informações relativas ao faturamento mensal e à emissão de relatórios, devendo ter e demonstrar capacidade gerencial para tratar de todos os assuntos definidos no Contrato;
  - f. cabe ao Preposto, proceder às necessárias advertências e devoluções à Contratada dos profissionais que não atendam às recomendações, cometam atos de insubordinação ou indisciplina, ajam com desrespeito aos superiores, não acatem as ordens recebidas ou não cumpram com suas obrigações;
  - g. cabe ao Preposto, acompanhar, fiscalizar e orientar o uso correto dos uniformes e equipamentos, promovendo a substituição de peças



**Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Superior do Trabalho**

- desgastadas ou que apresentem condições desfavoráveis de uso, bem como sua reposição, de acordo com os prazos estabelecidos;
- h. cabe ao Preposto, orientar, durante toda a jornada de trabalho, o registro de presença dos profissionais ocupantes dos postos de trabalho e providenciar a substituição dos faltantes.
- XI. fornecer ao Preposto, a que se refere o inciso anterior, todo o material de consumo (caneta, papel, lápis, borracha, etc.), equipamentos (computador, impressora, material de informática) e mobiliário (mesa, cadeira e estante) necessários ao bom andamento dos serviços de responsabilidade da empresa;
- XII. apresentar ao Contratante, sempre que solicitado, a comprovação do cumprimento das disposições da Convenção Coletiva de Trabalho da categoria, para cada funcionário alocado nos postos de trabalho do Tribunal, caso haja convenção, acordo ou sentença normativa representativa da categoria;
- XIII. responsabilizar-se pelo transporte dos funcionários de suas residências até as dependências do Contratante, e vice-versa, por meios próprios ou mediante vale-transporte, inclusive em casos de paralisação dos transportes coletivos, bem como nas situações onde se faça necessária a execução de serviços em regime extraordinário;
- XIV. providenciar, junto ao Contratante, os procedimentos necessários para abertura da conta vinculada indicada na subcláusula quinta da cláusula nona, no prazo de 20 (vinte) dias contados da notificação do Tribunal, bem como a assinatura do termo específico que permita ao TST ter acesso aos saldos e extratos e vincule a movimentação dos valores depositados à autorização do Tribunal;
- XV. viabilizar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços, o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas;
- XVI. viabilizar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços, a emissão do Cartão Cidadão expedido pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados;
- XVII. oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS sempre que solicitado pela fiscalização;
- XVIII. providenciar, junto ao Contratante, o fornecimento de crachá de identificação aos seus empregados e arcar com o ônus do fornecimento de cada crachá, conforme norma vigente, sendo atualmente o valor de R\$ 8,00 (oito reais), não

*Secretaria*

*[Assinatura]*





**Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Superior do Trabalho**

estando incluído o valor do cartão de proximidade que é de propriedade do TST;

- XIX.** indenizar, em caso de dano irreparável ou perda do crachá pelo empregado, a confecção de um novo, completo, no valor de R\$ 30,00 (trinta reais), estando aí incluído o cartão de proximidade;
- XX.** recolher e devolver à Coordenadoria de Segurança e Transporte - CSET, ao final do contrato, todos os crachás fornecidos a seus empregados, bem como, a qualquer tempo, os crachás dos empregados removidos dos postos de serviço, sob pena de ressarcimento do valor de R\$ 22,00 (vinte e dois reais) por cada cartão de proximidade não devolvido;
- XXI.** obedecer às normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do Ministério do Trabalho e Emprego;
- XXII.** assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito, por meio de seu Preposto;
  - a. a Contratada deverá adotar as providências determinadas pela legislação na hipótese de ocorrência de acidentes que envolvam seus empregados.
- XXIII.** fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços e fiscalizar o uso, em especial pelo que consta da Norma Regulamentadora nº 6 do MTE;
- XXIV.** garantir condições adequadas de saúde para todos os funcionários que prestarem serviço no TST, mediante exames médicos periódicos, conforme artigo 168, inciso III, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT;
  - a. apresentar o atestado de saúde ocupacional (A.S.O) de cada um dos funcionários, conforme legislação vigente.
- XXV.** elaborar e implementar Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA, de acordo com as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego;
  - a. cópia do PPRA deverá ser apresentada à fiscalização no prazo de 60 dias do início da vigência do contrato.
- XXVI.** elaborar e implementar Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO, com o objetivo de promoção e preservação da saúde dos trabalhadores, de acordo com as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego;
  - a. cópia do PCMSO deverá ser apresentada à fiscalização no prazo de 60 dias do início da vigência do contrato.

*Handwritten signature*





**Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Superior do Trabalho**

- XXVII.** assegurar, durante a vigência do contrato, capacitação a todos os trabalhadores em saúde e segurança no trabalho, dentro da jornada de trabalho, com carga horária mínima de 2 (duas) horas mensais;
- XXVIII.** comprovar, como condição prévia à assinatura do contrato, as seguintes condições:
- a. não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 4, de 11 de maio de 2016;
  - b. não ter sido condenada, a Contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta à previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nos 29 e 105;
  - c. as condições das alíneas anteriores poderão ser atendidas mediante declaração firmada pela empresa signatária da contratação, hipótese essa admitida para a alínea a apenas enquanto vigentes os efeitos da ADI nº 5.209/STF;
  - d. a Contratada deverá manter essas condições durante toda a vigência do contrato. Caso não mantenha, ensejará rescisão contratual.
- XXIX.** cumprir as normas e regulamentos internos do TST;
- XXX.** observar os itens abaixo quanto à postura ética e normas de conduta:
- a. cumprir o Código de Ética da categoria profissional;
  - b. manter a postura ética e profissional com os profissionais médicos, de enfermagem, pacientes, familiares e demais funcionários da instituição hospitalar;
  - c. conhecer e cumprir as normas e procedimentos do TST-SAÚDE;
  - d. atuar com imparcialidade na análise dos procedimentos médico-hospitalares;
  - e. cumprir os prazos estipulados pelos gestores do TST-SAÚDE quanto à realização das análises médico-hospitalares;
  - f. não endossar contas hospitalares ou ambulatoriais sem análise prévia e minuciosa;
  - g. guardar total sigilo das informações obtidas e ter o máximo cuidado no envio das mesmas;

*Handwritten signature*

*Handwritten signature*





**Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Superior do Trabalho**

- h. comunicar, imediatamente, aos gestores do TST-SAÚDE qualquer irregularidade relacionada ao exercício de suas atribuições bem como qualquer utilização fraudulenta;
- i. disponibilizar seus serviços em conformidade com os prazos para execução, definidos de acordo com as necessidades do TST- SAÚDE;
- j. executar os serviços em conformidade com as orientações do contratante e de acordo com o objeto contratado, devendo solicitar, para qualquer alteração da rotina de trabalho, autorização da Coordenadoria de Saúde Complementar;
- k. prestar os serviços com aparelhamento adequado e pessoal técnico qualificado, observando a legislação e as disposições regulamentares aplicáveis à espécie.

**XXXI.** orientar os empregados dos postos de trabalho a não exercer qualquer tipo de atividade comercial (venda, promoção, representação, etc.) dentro das dependências do TST, inclusive no intervalo de almoço;

**XXXII.** não permitir, para tratar de assuntos alheios ao serviço, a utilização dos telefones do TST sob a responsabilidade de seus empregados, para ligações interurbanas de qualquer natureza;

- a. será deduzido da fatura mensal correspondente qualquer valor referente a serviços especiais e interurbanos, taxas de serviços medidos e registrados nas contas dos aparelhos telefônicos referidos nesse inciso.

**XXXIII.** comunicar à Fiscalização, imediata e formalmente, qualquer anormalidade referente à execução dos serviços e reduzir a termo, informando todos os dados e circunstâncias necessárias ao esclarecimento dos fatos;

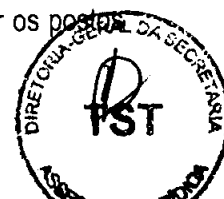
**XXXIV.** manter sigilo de todo e qualquer assunto de interesse do Contratante, ou de terceiros, de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste contrato, bem como, orientar seus funcionários alocados nos postos de trabalho para observância do disposto neste inciso, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa;

**XXXV.** apresentar ao Contratante toda Legislação Federal e Distrital atualizada existente ou que venha a ser criada que regulamenta as atividades contratadas, bem como, fornecer, quando da assinatura do contrato e quando de sua prorrogação, o acordo ou convenção coletiva registrado no Ministério do Trabalho e Emprego, se houver;

**XXXVI.** providenciar, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos após a assinatura do contrato, a realização de perícia, a ser realizada por profissional competente e devidamente registrado no Ministério do Trabalho, a fim de indicar os postos

*Justiça*

*[Assinatura]*





**Poder Judiciário**  
**Justiça do Trabalho**  
**Tribunal Superior do Trabalho**

de trabalho que realizam atividades perigosas e/ou insalubres. No caso de atividades enquadradas como insalubres, deverá ser atestado o seu grau (máximo, médio ou mínimo);

a. caso haja inclusão de atividades perigosas e/ou insalubres, a contratada deverá solicitar alteração contratual, com o fim de se realizar as adaptações necessárias na planilha de custos.

- XXXVII. realizar os serviços em estrita sintonia com as normas e regulamentos do Conselho Federal de Medicina, do Conselho Federal de Enfermagem e do Contratante. Sendo que os médicos auditores deverão atender, em especial, aos preceitos da Resolução CFM nº 1.614/2001, de 8 de fevereiro de 2001;
- XXXVIII. seguir as orientações técnicas do Contratante, informadas ao preposto, o qual deverá notificar ao Contratante, por escrito, sobre qualquer irregularidade na identificação do beneficiário em que haja suspeita de fraude, fornecendo relatório com dados que permitam identificar os envolvidos e as devidas justificativas técnicas;
- XXXIX. participar, representada por seu preposto, de reuniões, sempre que solicitado pelo Contratante, podendo haver a participação de auditores internos e externos, conforme entendimento do preposto, com o objetivo de analisar os resultados obtidos com os serviços contratados e, se necessário, reformular as estratégias operacionais para o cumprimento eficaz do Contrato;
- XL. fornecer ao Contratante, juntamente com a documentação relacionada na subcláusula primeira da cláusula nona, relatório de ocorrências com, no mínimo, as seguintes informações: data, nome completo do empregado, número do documento de identidade, horário de entrada e saída, faltas e atrasos justificados e não justificados/homologados pela empresa, motivo de falta ou do atraso e quantidade de horas extras devidas com o respectivo motivo, atendendo assim o disposto no inciso XIV, do art. 40 da Lei 8.666/93;
- XLI. apresentar a garantia contratual no valor e no prazo estabelecido no contrato;
- XLII. manter filial ou representação com atuação no segmento, devidamente constituída no Distrito Federal, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias da assinatura do contrato, no caso de empresa sediada em outra unidade da Federação;
- XLIII. manter o Contratante informado quanto a eventuais mudanças de endereço, telefone e e-mail;
- XLIV. manter, durante todo o período de execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

*Handwritten signature*

*Handwritten signature*





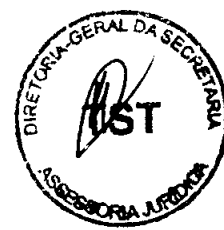
**Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Superior do Trabalho**

- XLV.** responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, os quais não têm nenhum vínculo empregatício com o TST;
- XLVI.** responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar diretamente ao TST ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

**Subcláusula primeira.** A Contratada deverá emitir os seguintes dados estatísticos/relatórios até o 5º dia útil do mês subsequente, a partir do 2º mês de efetiva prestação do serviço, que deverão ser entregues impressos em papel timbrado da empresa e em formato eletrônico compatível com os programas utilizados pelo contratante:

- I. relatório dos pacientes com internação hospitalar nas diversas especialidades, com ênfase em psiquiatria e em clínicas de dependência química, informando o período de internação, condições de alta e CID-10;
- II. relatório dos pedidos de revisão de glosas e resultado final, com descrição/justificativa do que foi reconsiderado, se for o caso, e percentuais de glosas por credenciado;
- III. outros relatórios e/ou dados julgados necessários e solicitados pelo TST-SAÚDE para atendimento às exigências de Órgãos Federais/Estaduais/Municipais, tais como – ANS, Ministério da Saúde e outros;
- IV. relatório Mensal da Auditoria Médica, com informações sobre partos, óbitos, Day clinic, home care, glosas e outros dados que vierem a ser solicitados pelo TST-SAÚDE;
- V. relatório sobre demonstrativo de custos mensais de todos os hospitais auditados (somatório) e individual por hospital, contendo, no mínimo:
  - a. período de apuração;
  - b. altas no período;
  - c. faturas auditadas;
  - d. componentes de custos assim discriminados:
    - i. diárias
    - ii. exames;
    - iii. gases
    - iv. honorários
    - v. materiais;
    - vi. medicamentos;
    - vii. taxas.

*Monteiro*







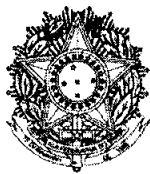
**Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Superior do Trabalho**

- viii. OPMEC.
- e. total de valor cobrado no período: (R\$):
  - i. total de Glosas (R\$);
  - ii. total de Valor Liberado.
- VI. relatório demonstrativo evolutivo de custos totais mensais de todos os hospitais auditados (somatório) e individual por hospital. Este relatório deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:
  - a. quantidade de faturas auditadas no período de referência;
  - b. o número de pacientes que permaneceram internados, com faturas parciais auditadas;
  - c. leitos-dia ocupados durante o período de referência, inclusive os que permaneceram internados;
  - d. tempo médio de permanência de internação dos pacientes;
  - e. custo médio do paciente por dia de internação;
  - f. custo do paciente por internação;
  - g. valor cobrado – valor totalizado de contas apresentadas pré- auditoria;
  - h. valor liberado – valor totalizado liberado para pagamento após auditoria e discussão;
  - i. glosa – valor total de glosas efetivadas.
- VII. relatório nosológico por hospital. Este relatório deverá conter, no mínimo, os seguintes dados:
  - a. custo por tipo de patologia;
  - b. número de faturas auditadas;
  - c. número de altas;
  - d. tempo médio de permanência;
  - e. custo médio paciente por dia;
  - f. custo médio de Internação do paciente.
- VIII. o relatório sobre a intervenção da Contratada junto aos médicos assistentes dos beneficiários do Programa TST-SAÚDE, apontando a avaliação dos procedimentos e prescrições adotados, e os resultados alcançados com a respectiva intervenção, tais como: redução de diárias e custos com materiais, medicamentos e exames, etc;
- IX. quaisquer outros relatórios ou informações solicitadas, compatíveis com o objeto contratual, constantes do corpo deste contrato;
- X. a Contratada deverá apresentar os relatórios ao Programa TST- SAÚDE em reunião presencial agendada com o Coordenador de Saúde Complementar e a Secretaria de Saúde do Tribunal Superior do Trabalho.

*Handwritten signature*

*Handwritten signature*





**Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Superior do Trabalho**

**Subcláusula segunda.** A Contratada não será responsável:

- I. por qualquer perda ou dano resultante de caso fortuito ou de força maior;
- II. por quaisquer obrigações, responsabilidades, trabalhos ou serviços não previstos neste contrato ou no edital.

**Subcláusula terceira.** O Contratante não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da Contratada para terceiros, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros.

**CLÁUSULA ONZE - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

O Contratante, durante a vigência deste contrato, compromete-se a:

- I. proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitir o acesso dos funcionários da Contratada às dependências do TST, relacionadas à execução do objeto deste contrato;
- II. promover os pagamentos nas condições e prazo estipulados; e
- III. fornecer atestados de capacidade técnica, desde que atendidas as obrigações contratuais. Os requerimentos deverão ser protocolizados ou enviados por correspondência para o Protocolo Geral do TST, localizado no SAFS, quadra 08, conjunto A, bloco A, térreo, Brasília-DF, CEP 70.070-943.

**CLÁUSULA DOZE - DA GARANTIA DO CONTRATO**

Para segurança do Contratante quanto ao cumprimento das obrigações contratuais, a Contratada deverá optar, no montante de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, por uma das seguintes modalidades de garantia:

- I. caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
- II. seguro-garantia;
- III. fiança bancária.

**Subcláusula primeira.** A Contratada deverá providenciar a garantia contratual impreterivelmente em 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura deste contrato, prorrogáveis por igual período a critério do Contratante desde que solicitado dentro do prazo inicial, sob pena de ser-lhe imputada multa, conforme subcláusula terceira da cláusula treze.

- I. a mesma disciplina se aplica aos casos em que houver a necessidade de alteração do valor da garantia ou de sua renovação.

**Subcláusula segunda.** A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:





**Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Superior do Trabalho**

- I. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- I. prejuízos causados pela Contratada decorrentes de culpa ou dolo;
- II. multas moratórias e punitivas impostas à Contratada;
- III. obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela Contratada.

**Subcláusula terceira.** A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados na subcláusula anterior.

**Subcláusula quarta.** É de inteira responsabilidade da Contratada a renovação da garantia prestada, quando couber.

**Subcláusula quinta.** O TST reterá a garantia prestada até que a Contratada comprove que pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação, podendo utilizá-la para o pagamento direto aos trabalhadores no caso de a empresa não efetuar os pagamentos em até dois meses no encerramento da vigência contratual.

- I. no caso de a Contratada optar pela modalidade de seguro garantia ou de fiança bancária, sua validade será de três meses após o término da vigência contratual, com previsão expressa de que a garantia somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação.

**Subcláusula sexta.** O contratante não executará a garantia nas seguintes hipóteses:

- II. caso fortuito ou força maior;
- III. alteração, sem prévia anuência da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;
- IV. descumprimento das obrigações pela contratada decorrente de atos ou fatos da Administração; ou
- V. prática de atos ilícitos dolosos por servidores da Administração.

**Subcláusula sétima.** Não serão admitidas outras hipóteses de não execução da garantia, que não as previstas na subcláusula anterior.

**CLÁUSULA TREZE - DAS PENALIDADES SOBRE A CONTRATADA**

Fundamentado no artigo 28 do Decreto n.º 5.450/2005, ficará impedido de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito à ampla defesa, sem prejuízo das multas previstas no edital, neste contrato e das demais cominações legais, aquele que:

- I. deixar de entregar documentação exigida neste contrato;
- II. apresentar documentação falsa;
- III. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- IV. não mantiver a proposta;

*Assinatura*





**Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Superior do Trabalho**

- V. falhar ou fraudar na execução contratual;
- VI. comportar-se de modo inidôneo;
- VII. fazer declaração falsa;
- VIII. cometer fraude fiscal.

**Subcláusula primeira.** O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais implicará a aplicação de multa correspondente a:

- I. 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor contratado em caso de atraso no início da execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- II. 20% (vinte por cento) sobre o valor contratado, em caso de atraso no início da execução do objeto, por período superior ao previsto no inciso acima;
- III. 30% (trinta por cento) sobre o valor contratado, em caso de inexecução total da obrigação assumida.

**Subcláusula segunda.** Além das multas elencadas nos itens acima com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/1993, no artigo 7º da Lei 10.520/2002 e no artigo 28 do Decreto n.º 5.450/2005, serão aplicadas multas, conforme as infrações cometidas e o grau respectivo, indicados nas tabelas 1 e 2 a seguir, até o limite de 30% do valor mensal do Contrato:

Tabela 1

Grau	Correspondência
1	0,4% do valor mensal do Contrato
2	0,6% do valor mensal do Contrato
3	0,8% do valor mensal do Contrato
4	0,9% do valor mensal do Contrato
5	1% do valor mensal do Contrato
6	1,2% do valor mensal do Contrato

Tabela 2

Item	Infração	Grau	Ocorrência
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	6	Por ocorrência
2	Suspender ou interromper, total ou parcial, os serviços contratuais, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito.	6	Por ocorrência
3	Manter funcionário sem a qualificação exigida para executar os serviços contratados.	3	Por ocorrência
4	Permitir presença de empregado não uniformizado ou com uniforme manchado, sujo, mal apresentado e/ou sem crachá.	1	Por empregado





**Poder Judiciário**  
**Justiça do Trabalho**  
**Tribunal Superior do Trabalho**

Item	Infração	Grau	Ocorrência
5	Recusar-se a executar serviços determinados pela fiscalização previstos em contrato.	1	Por ocorrência
6	Retirar qualquer funcionário do serviço, durante o expediente, sem a anuência prévia do contratante.	3	Por empregado
7	Abordar autoridades ou servidores para tratar de assuntos particulares, de serviço ou atinentes ao contrato.	2	Por ocorrência
8	Deixar de registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seus funcionários.	1	Por ocorrência
9	Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar da fiscalização.	3	Por ocorrência
10	Deixar de substituir empregado que se conduza de modo inconveniente, dentro do prazo estabelecido no contrato.	2	Por ocorrência
11	Deixar de pagar os salários aos funcionários até o 5º (quinto) dia útil de cada mês ou na data estabelecida em acordo ou convenção coletiva de trabalho.	6	Por dia
12	Deixar de pagar o vale transporte e/ou o auxílio alimentação aos funcionários até o último dia útil de cada mês ou na data estabelecida em acordo ou convenção coletiva de trabalho.	3	Por dia
13	Deixar de pagar aos funcionários os salários e os adicionais relativos a férias até 2 (dois) dias antes de sua fruição.	5	Por ocorrência
14	Deixar de efetuar a reposição de empregados faltosos.	5	Por ocorrência
15	Deixar de fornecer os uniformes previstos em contrato, no prazo fixado.	3	Por ocorrência
16	Deixar de apresentar a documentação prevista na subcláusula primeira da cláusula nona até o dia 25 do mês subsequente ao da prestação dos serviços. Observação: Cada período de até 30 dias de atraso será considerado uma ocorrência.	1	Por ocorrência
17	Deixar de cumprir itens do contrato e seus anexos não previstos nesta tabela de multas.	2	Por ocorrência
18	Deixar de regularizar conta corrente vinculada (Resolução CNJ nº 169/2013) no prazo previsto no inciso XIV da cláusula dez. Observação: Cada período de até 30 dias de atraso será considerado um mês.	1	Por mês
19	Deixar de recolher as contribuições sociais da Previdência social.	1	Por ocorrência
20	Deixar de recolher o FGTS dos empregados.	1	Por ocorrência

**Subcláusula terceira.** A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento).





**Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Superior do Trabalho**

- I. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993.

**Subcláusula quarta.** Poderão ser aplicadas subsidiariamente as sanções de advertência, suspensão e declaração de inidoneidade previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93.

**Subcláusula quinta.** A penalidade de multa prevista nas subcláusulas primeira a terceira poderá ser substituída pela penalidade de advertência, tendo em vista as circunstâncias da execução contratual, garantida a prévia defesa, na forma da lei.

**Subcláusula sexta.** A não manutenção de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação poderá resultar na rescisão deste contrato, além das penalidades já previstas em lei, caso a Contratada não regularize a situação no prazo de 30 dias.

**Subcláusula sétima.** Será caracterizado como falta grave, compreendida como falha na execução do contrato, o não recolhimento do FGTS dos empregados e das contribuições sociais previdenciárias, bem como o não pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio alimentação, que poderá dar ensejo à rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e de impedimento para licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002 e demais normativos.

**Subcláusula oitava.** As multas porventura aplicadas serão descontadas dos pagamentos devidos pelo Contratante, da garantia contratual ou cobradas diretamente da Contratada, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.

**Subcláusula nona.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e a sua aplicação será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa para a Contratada, na forma da lei.

**CLÁUSULA QUATORZE - DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO DA CONTRATADA**

A Contratada declara, no ato de celebração deste contrato, estar plenamente habilitada à assunção dos encargos contratuais e assume o compromisso de manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**CLÁUSULA QUINZE - DA PUBLICAÇÃO**

A publicação resumida deste contrato na Imprensa Oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Contratante, nos termos do parágrafo único do artigo 61 da Lei n.º 8.666/93.

*Substancie*

*[Assinatura]*





Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Superior do Trabalho

### CLÁUSULA DEZESSEIS - DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

Compete a ambas as partes, de comum acordo, salvo nas situações tratadas neste instrumento, na Lei n.º 8.666/93 e em outras disposições legais pertinentes, realizar, via termo aditivo, as alterações contratuais que julgarem convenientes.

### CLÁUSULA DEZESSETE - DA RESCISÃO

Constituem motivos incondicionais para rescisão do contrato as situações previstas nos artigos 77 e 78, na forma do artigo 79, inclusive com as consequências do artigo 80, da Lei n.º 8.666/93.

### CLÁUSULA DEZOITO - DA UTILIZAÇÃO DO NOME DO CONTRATANTE

A Contratada não poderá, salvo em curriculum vitae, utilizar o nome do Contratante ou sua qualidade de Contratada em quaisquer atividades de divulgação profissional como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios diversos, impressos etc., sob pena de imediata rescisão deste contrato.

**Subcláusula única.** A Contratada não poderá, também, pronunciar-se em nome do Contratante à imprensa em geral sobre quaisquer assuntos relativos às atividades deste, bem como a sua atividade profissional, sob pena de imediata rescisão contratual e sem prejuízo das demais cominações cabíveis.

### CLÁUSULA DEZENOVE - DOS CASOS FORTUITOS, DE FORÇA MAIOR OU OMISSOS

Tal como prescrito na lei, o Contratante e a Contratada não serão responsabilizados por fatos comprovadamente decorrentes de casos fortuitos ou de força maior, ocorrências eventuais cuja solução se buscará mediante acordo entre as partes.

### CLÁUSULA VINTE - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

A Administração do Contratante analisará, julgará e decidirá, em cada caso, as questões alusivas a incidentes que se fundamentem em motivos de caso fortuito ou de força maior.

**Subcláusula primeira.** Para os casos previstos no *caput* desta cláusula, o Contratante poderá atribuir a uma comissão, por este designada, a responsabilidade de apurar os atos e fatos comissivos ou omissivos que se fundamentem naqueles motivos.

**Subcláusula segunda.** Os agentes públicos responderão, na forma da lei, por prejuízos que, em decorrência de ação ou omissão dolosa ou culposa, causarem à Administração no exercício de atividades específicas do cumprimento deste contrato, inclusive nas análises ou autorizações excepcionais constantes nestas disposições finais.

**Subcláusula terceira.** As exceções aqui referenciadas serão sempre tratadas com máxima cautela, zelo profissional, senso de responsabilidade e ponderação, para que ato de mera e excepcional concessão do Contratante, cujo objetivo final é o de atender tão-somente ao interesse público, não seja interpretado como regra contratual.





**Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Superior do Trabalho**

**Subcláusula quarta.** Para assegurar rápida solução às questões geradas em face da perfeita execução deste contrato, a Contratada fica desde já compelida a avisar, por escrito e de imediato, qualquer alteração em seu endereço ou telefone.

**Subcláusula quinta.** No curso do contrato, é admitida a fusão, cisão ou incorporação da empresa, bem assim sua alteração social, modificação da finalidade ou da estrutura, desde que não prejudique a execução do contrato, cabendo à Administração decidir pelo prosseguimento ou rescisão do contrato.

**Subcláusula sexta.** Quaisquer tolerâncias entre as partes não importarão em novação de qualquer uma das cláusulas ou condições estatuidas neste contrato, as quais permanecerão integras.

**Subcláusula sétima.** Em consonância com a Resolução 229, de 22 de junho de 2016, do Conselho Nacional da Justiça, é vedada a contratação de empresas que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

- I. A vedação constante nesta subcláusula se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os magistrados e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização.


**CLÁUSULA VINTE E UM - DO FORO**

Fica eleito o foro da cidade de Brasília, DF, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas deste contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem ajustadas e acordadas, as partes assinam este termo em duas vias de igual teor e forma para um só efeito legal.

Brasília, 5 de abril de 2019.

  
**Gustavo Carneiro de Carvalho**  
Diretor-Geral da Secretaria  
Tribunal Superior do Trabalho

  
**Antônio Sebastiana Rodrigues**  
Representante Legal  
**Audicare – Consultoria e Gestão em Saúde  
Ltda.**  
*Antônia Sebastiana Rodrigues  
Sócia Diretora  
Audicare*







## ANEXO I – ESPECIFICIDADES DOS SERVIÇOS E ATRIBUIÇÕES DOS POSTOS DE TRABALHO

### 1. Atividades/Tarefas a serem desenvolvidas pela CONTRATADA:

- 1.1. Análise de processos da área de saúde, com emissão de parecer.
- 1.2. Assessoria técnica para análise de protocolos médicos e odontológicos.
- 1.3. Análise técnica de novas tecnologias, medicamentos, com emissão de parecer técnico sempre que solicitado.
- 1.4. Elaboração e entrega de relatórios gerenciais conforme solicitados pelo TST-SAÚDE, em meio eletrônico e impresso em prazo não superior a 30 (trinta) dias da data da solicitação.
- 1.5. Emitir relatório semestral consolidado, que deverá ser em meio eletrônico e impresso:
  - a) demonstrando a evolução nos gastos dos recursos do TST- SAÚDE com materiais especiais, OPME's, por categoria (ortopédicos, cardíacos, reparadores, etc.);
  - b) demonstrando a evolução nos gastos dos recursos do TST- SAÚDE com as internações médicas por categoria conforme exemplificado na alínea acima.
- 1.6. Emitir relatório mensal, em meio eletrônico e impresso, que contenha, no mínimo:
  - a) os procedimentos autorizados e não autorizados;
  - b) os tipos de tratamento e seus valores;
  - c) os elementos e a evolução dos custos;
  - d) os valores e as justificativas das glosas, quando houver;
  - e) os valores e as justificativas das glosas dos materiais médico- hospitalares, quando houver.
- 1.7. Emitir ou disponibilizar relatórios gerenciais, estatísticos e de visitas, em meio eletrônico e impresso, que demonstrem a prestação de serviços da auditoria externa, até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, referentes às auditorias efetuadas no mês anterior. Os relatórios deverão abranger as seguintes informações:
  - a) identificação da conta ou guia de atendimento, o tipo de guia, o valor auditado com a identificação do beneficiário e do prestador/executor e a data de fechamento;
  - b) quantitativo de contas auditadas;
  - c) credenciados/conveniados visitados;
  - d) quantidade de pacientes visitados e de prontuários auditados, com valores cobrados, liberados e glosados por hospital;
  - e) acompanhamento de serviços por hospital;
  - f) internados por quadro clínico e/ou cirúrgico;
  - g) elementos de Custos por prestador;
  - h) evolutivo de Custos por prestador;
  - i) procedimentos por paciente;
  - j) procedimentos autorizados e não autorizados;





- k) gráfico demonstrativo de custo diário por tipo de tratamento, por especialidade e por componente da fatura;
- l) consolidado de glosas realizadas no mês, por paciente e evento, com valor e justificativa das glosas;
- m) custos por procedimento;
- n) internação por diagnóstico;
- o) tempo médio de internação por hospital;
- p) tipo de Admissão por Hospital;
- q) tipo de Alta por Hospital;
- r) pacientes Individualizados por Hospital;
- s) comparativo de número de internações e custo dos Hospitais;
- t) pré-análise de fatura hospitalar;
- u) quantitativo de guias ambulatoriais por mês, com valor apresentado, liberado e glosado e percentual de glosa;
- v) outras informações customizadas de acordo com a necessidade do contratante.

## **2. Atribuições do posto de trabalho de AUDITORIA INTERNA – FATURAMENTO – FATURISTA:**

- 2.1. Análise técnica e administrativa, realizadas nas dependências do TST-SAÚDE, das contas de internações hospitalares, não submetidas à auditoria externa, faturas de consultas, de procedimentos de diagnósticos, terapêuticos, internações em pronto-socorro, clínicas, hospitais e em internação domiciliar.
- 2.2. Análise técnica e administrativa, realizada pela **CONTRATADA**, nas contas de internações hospitalares e de atendimentos ambulatoriais ou de emergência dos beneficiários do TST-SAÚDE com a finalidade de detectar possíveis irregularidades.
- 2.3. Avaliação técnica do atendimento, o correto enquadramento dos atendimentos nos valores estabelecidos nas tabelas negociadas entre o TST- SAÚDE e os credenciados e a indicação de eventuais glosas, que deverão ser estabelecidas com clareza.
- 2.4. Analisar as contas já encerradas de: consultas; procedimentos de diagnósticos; terapêuticos; internações em pronto-socorro; em clínicas e hospitais da rede credenciada; internações domiciliares; atendimentos de emergência e ambulatoriais, com cobranças de materiais e medicamentos, inclusive quimioterapia.
- 2.5. Realizar auditoria administrativa das contas médico- hospitalares, compatibilizando-as com as normas do TST-SAÚDE, o contrato de credenciamento e as tabelas acordadas.
- 2.6. Analisar as contas, recursos de glosas, sendo do enfermeiro a responsabilidade pelas glosas técnicas.
- 2.7. Deverão ser observadas durante a execução da análise, obrigatoriamente, os seguintes pontos:
  - a) se os serviços cobrados foram prestados;
  - b) se os procedimentos foram cobrados conforme contratos e tabelas;
  - c) se os procedimentos cobrados foram autorizados pelo Programa TST-

*G. Aguiar*





Saúde;

d) se os procedimentos cobrados são compatíveis com o diagnóstico do paciente e com as normas do TST-SAÚDE;

e) se as guias estão corretamente preenchidas e assinadas;

f) se as autorizações prévias estão anexadas à conta, quando for o caso;

g) se os exames cobrados estão acompanhados dos respectivos pedidos;

h) se os procedimentos seriados, autorizados, estão acompanhados de solicitação médica e/ou encaminhamento à rede credenciada do Programa e de controle de presença;

i) se as faturas seguem as instruções gerais que acompanham as tabelas.

**2.8.** Analisar técnica e administrativamente todas as faturas de internações em hospitais, prontos-socorros, internações domiciliares e em clínicas; dos materiais e medicamentos; dos procedimentos diagnósticos e terapêuticos.

**2.9.** Indicar eventuais glosas, que deverão ser estabelecidas com clareza e devidamente justificadas pelo auditor responsável em meio físico e no sistema informatizado do TST-SAÚDE.

**2.10.** Examinar os recursos de glosas solicitados pelos credenciados, contratados ou conveniados e emitir relatório justificando as eventuais reconsiderações. Efetuar a análise, o registro e a transcrição administrativa das contas no sistema do contratante, compatibilizando os dados constantes dos registros eletrônicos com a documentação que os embasa e considerando as tabelas, regras e ambiente médico-hospitalar onde foi gerada a conta, bem como os contratos com os prestadores de serviços e normas do TST-SAÚDE.

**2.11.** Realizar auditoria e conferência técnica de faturas emitidas pelos prestadores de serviços médicos, psicológicos, fonoaudiológicos, de terapia ocupacional, fisioterápicos, de enfermagem, hospitalares, laboratoriais, radiológicos e serviços afins de profissionais e empresas credenciadas pelo TST-SAÚDE.

**2.12.** Verificar as negações e glosas geradas automaticamente pelo sistema informatizado e providenciar sua revisão quando pertinente.

**2.13.** Efetuar glosas administrativas com as respectivas justificativas e registrá-las no sistema eletrônico do programa TST-SAÚDE.

**3. Atribuições do posto de trabalho de AUDITORIA INTERNA – PERÍCIA MÉDICA – MÉDICO:**

**3.1.** Realização de autorização, por médicos e enfermeiros auditores, de procedimentos eletivos, de emergência e de exames e procedimentos de internações clínicas e cirúrgicas e de tratamentos seriados (psicoterapia, fonoaudiologia e fisioterapia), cotação de solicitações de medicação e OPME's encaminhadas pelos prestadores, junto aos principais fornecedores do mercado e auditoria de utilização e dos preços de materiais especiais, além do assessoramento técnico necessário ao gerenciamento das atividades.

**3.2. Da execução da perícia médica:**





- 3.2.1. Realização de perícia médica para autorizações procedimentos previstos na Regulamentação do TST-SAÚDE e o assessoramento técnico previsto no objeto do contrato.
- 3.2.2. Emissão de autorização em pedidos médicos e em guias de internações médicas/psiquiátricas e suas eventuais prorrogações para atendimento aos beneficiários do TST-SAÚDE apresentados ao Programa TST- SAÚDE por meio do sistema informatizado, de fax ou correio eletrônico.
- 3.2.3. Análise das solicitações de reembolso e enquadramento de códigos relativos às despesas médicas, hospitalares, exames laboratoriais, exames radiológicos, tratamentos de psicologia, fonoaudiologia, acupuntura, assistência fisioterápica, medicamentos, assistência farmacêutica e atendimento domiciliar.

**3.3. Da execução da cotação de materiais:**

- 3.3.1. Realizar controle e cotação de preços de materiais especiais com vistas à autorização de procedimentos cirúrgicos;
- 3.3.2. Realizar contatos por meio eletrônico e/ou telefônico com fornecedores de materiais, com a rede credenciada e/ou médicos e fornecedores envolvidos nos procedimentos a serem realizados;
- 3.3.3. Realizar tarefas de organização de arquivos, agendas, contatos e as demais atividades necessárias ao trabalho realizado pelo médico perito e enfermeiro auditor;
- 3.3.4. Manter registro de todas as cotações realizadas contendo a descrição de cada item, com o respectivo valor e indicação de fornecedor;
- 3.3.5. Efetuar cotação de preços para órteses, próteses, materiais e medicamentos especiais, remoção, tratamentos domiciliares e outros, por solicitação do contratante;
- 3.3.6. Realizar cotação de OPME - órteses, prótese e materiais especiais, conforme critérios definidos pelos regulamentos do contratante;
- 3.3.7. Emitir parecer sobre OPME - órteses, prótese e materiais especiais e respectivo relatório, contendo o que foi autorizado e glosado;
- 3.3.8. Emitir relatório mensal, a ser entregue até o 5º dia útil do mês subsequente, que contenha, no mínimo, os procedimentos autorizados e não autorizados, os tipos de tratamento e seus valores, incluindo o nome e matrícula do beneficiário, data da solicitação dos materiais, data da autorização, se foi eletivo ou de emergência e a data provável informada para a realização do procedimento.

*Justiça*

*[Assinatura]*





**4. Atribuições do posto de trabalho de AUDITORIA INTERNA – ENFERMEIRO:**

- 4.1. Realização de autorização, por médicos e enfermeiros auditores, de procedimentos eletivos, de emergência e de exames e procedimentos de internações clínicas e cirúrgicas e de tratamentos seriados (psicoterapia, fonoaudiologia e fisioterapia), cotação de solicitações de medicação e OPME's encaminhadas pelos prestadores, junto aos principais fornecedores do mercado e auditoria de utilização e dos preços de materiais especiais, além do assessoramento técnico necessário ao gerenciamento das atividades.
- 4.2. Análise, auditoria técnica e elaboração de parecer para os atendimentos de livre escolha (profissionais ou empresas não credenciados), quando solicitado pelo TST-SAÚDE.
- 4.3. Análise e assessoria técnica, com emissão de parecer, para inclusão de procedimentos nas tabelas próprias do Programa TST-SAÚDE, sempre que solicitado, a fim de subsidiar negociação de tabelas pactuadas e pacotes com a rede credenciada.
- 4.4. Assessoramento nas negociações junto aos contratados, credenciados ou conveniados.
- 4.5. Elaboração de parecer sobre a composição dos pacotes de procedimentos negociados com a rede credenciada, sempre que solicitado pelo contratante.
- 4.6. Fornecimento de subsídios para a parametrização dos procedimentos médico-hospitalares nos sistemas informatizados adotados pelo contratante.
- 4.7. Emissão de parecer sobre a adoção de novas tecnologias, procedimentos e métodos terapêutico-diagnósticos, inclusive, sobre os processos de reembolso de livre escolha.
- 4.8. Assessoramento na cotação de OPME's - órteses, próteses e materiais especiais, conforme critérios definidos pelos regulamentos do contratante.
- 4.9. Emissão de relatório mensal que contenha, no mínimo, atendimentos, perícias e auditorias realizadas, com matrícula do beneficiário, nome do beneficiário (se dependente, informar também nome e matrícula do titular); data do atendimento, procedimentos autorizados e não autorizados e o tipo de tratamento.
- 4.10. Elaboração de parecer sobre os valores dos pacotes de procedimentos negociados com a rede credenciada.
- 4.11. Assessoramento de negociações junto aos contratados, credenciados ou conveniados.

**5. Atribuições do posto de trabalho de AUDITORIA EXTERNA:**

- 5.1. Visita, apoio, orientação e acompanhamento diário das internações realizadas nos hospitais e clínicas conveniadas, por meio de visitas *in loco*, a ser realizado por equipe multidisciplinar (médico e enfermeiro) para análise e conferência das contas hospitalares (internação hospitalar e ou atendimento de emergência) de acordo com os dados obtidos no prontuário médico, verificando a conformidade com os critérios e condições previstas nos contratos vigentes e na Regulamentação do TST-SAÚDE.
  - 5.1.1. Inclui-se, no subitem anterior, a realização de visitas pelos auditores médicos aos pacientes internados em hospitais, clínica de repouso e recuperação ou em domicílio de beneficiários inclusos no Programa de Internação Domiciliar, de acordo com as exigências do contratante.

*Assessoria*





- 5.2.** Realizar visita/acompanhamento aos pacientes internados na psiquiatria a cada 30 (trinta) dias e/ou eventualmente quando solicitado pelo programa TST-SAÚDE, ou por médico especialista, com emissão de parecer/relatório médico.
- 5.3.** Avaliar, com realização de perícias presenciais e/ou documentais, e autorizar procedimentos de exames, cirurgias, internações clínicas/cirúrgicas, liberação de materiais especiais ou de alto custo e solicitações de atendimento domiciliar previstos na cobertura do contratante, bem como suas prorrogações, com indicação do CRM do médico auditor e emissão de parecer técnico em até dois dias úteis, quando necessário ou solicitado.
- 5.4.** Avaliação da rede credenciada ou a credenciar, com efetiva visita in loco, para avaliar a qualidade da assistência prestada, bem como análise das condições técnicas, estruturais e legais, incluindo vistoria das instalações físicas e realização de análise curricular e ou entrevistas, para emissão de parecer técnico sobre a conveniência de firmar ou não o credenciamento ou realizar a alteração contemplando as justificativas necessárias, a ser entregue ao TST-SAÚDE, no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da solicitação do programa TST-SAÚDE.
- 5.4.1.** As avaliações descritas no subitem anterior atenderão as solicitações de credenciamento, bem como a inclusão de filial (is), procedimento(s) e ou especialidade(s) não contempladas no contrato inicial de credenciamento; ou outra alteração nas condições contratadas.
- 5.5.** Realizar entrevistas a pacientes quando necessário ao esclarecimento de patologia, quadro clínico e tratamento, sempre que solicitado pelo programa TST-SAÚDE.
- 5.6.** Realizar visita quinzenal, ou sempre que solicitado pelo contratante, a pacientes em regime de internação domiciliar. A primeira visita será nas 72 horas seguintes ao recebimento da comunicação da internação domiciliar. São objetivos das visitas:
- a) avaliar o serviço prestado e averiguar irregularidades, com observância das normas do contratante e emitir relatórios específicos e conclusivos em cada caso;
  - b) emitir relatório individualizado sobre a evolução da condição do paciente baseado no plano terapêutico e manter atualizados os registros de internação no sistema informatizado do contratante.
- 5.7.** Para a execução dos serviços de auditoria externa, deve-se observar o que se segue:
- 5.7.1.** Cabe à equipe multidisciplinar avaliar a concessão da autorização dos procedimentos solicitados após a internação, prorrogações, prescrição de medicamentos e remoções em ambulância.
- 5.7.2.** Emissão de parecer quanto às prorrogações de internações em hospitais e clínicas contratadas pelo TST-SAÚDE, quando houver necessidade ou sempre que solicitado pelo Programa.

*h. p. t. i. v. e*





- 5.7.3. Contatos profissionais junto aos médicos assistentes dos pacientes internados, objetivando o acompanhamento de sua evolução clínica, as prescrições e procedimentos adotados, com a finalidade de avaliar a qualidade do tratamento realizado.
- 5.7.4. Os casos de permanência prolongada do paciente no hospital deverão ser especialmente avaliados pelo médico auditor, que deverá encaminhar relatório detalhado ao TST-SAÚDE.
- 5.7.5. Emissão de relatório sobre pacientes internados que contemple a evolução clínica com base no prontuário, na visita ao paciente e no período de permanência nas diferentes unidades de internação.
- 5.7.6. Os serviços de auditoria médica externa serão realizados sob demanda, por meio de prestação de serviços e ocorrerão fora das dependências do Tribunal, abrangendo os credenciados/conveniados do TST- SAÚDE.
- 5.7.7. As Auditorias Externas deverão ser concluídas quando ocorrer a saída do paciente do hospital, seja por alta, por óbito, ou por transferência para outra instituição hospitalar.
- 5.7.8. A Auditoria das contas, após a alta do paciente ou quando do fechamento parcial, nos casos de permanência por longo período, deverão ocorrer antes do envio das contas pelo credenciado, contratado ou conveniado ao TST-SAÚDE. Para efeito de comprovação, o auditor deverá emitir o Relatório de Auditoria Hospitalar (RAH).
- 5.7.9. Todos os relatórios de auditoria constantes no Item 5 deverão ser entregues em meio eletrônico e impresso com assinatura do(s) responsável (eis) pela auditoria.

**6. Atribuições do posto de trabalho de AUDITORIA INTERNA – PERÍCIA ODONTOLÓGICA – CIRURGIÃO DENTISTA:**

- 6.1. Análise de processos da área odontológica, com emissão de parecer;
- 6.2. Assessoria técnica para análise de protocolos de odontologia;
- 6.3. Análise técnica de novas tecnologias e medicamentos, com emissão de parecer;
- 6.4. Elaboração e entrega de relatórios gerenciais requeridos pelo TST-SAÚDE, em meio eletrônico ou impressos na forma solicitada, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da solicitação;
- 6.5. Emissão de relatórios operacionais, negociais e gerenciais cuja frequência, detalhamento e escopo serão determinados mediante acordo entre as partes, devendo contemplar, por exemplo: autorizações de tratamento odontológico, tipos de tratamento odontológico e respectivos valores, evolução dos custos, glosas com respectivos valores e justificativas, entre outras variáveis solicitadas.
- 6.6. Realizar análise documental, técnica e operacional, com emissão de parecer, sobre os atendimentos odontológicos prestados;

*Assinatura*





- 6.7. Executar a avaliação técnica e de contas dos tratamentos odontológicos, relativamente ao correto enquadramento dos elementos nos valores estabelecidos pelas tabelas negociadas entre o TST-SAÚDE e os credenciados;
- 6.8. Apontar eventuais glosas técnicas e administrativas, quando não for apresentado documento que comprove a execução do procedimento, descrevendo-as de forma clara com a devida justificativa do auditor odontológico responsável, entregue em documento físico e gravado no sistema informatizado do TST-SAÚDE.
- 6.9. Realizar a auditoria e conferência técnica dos lotes de guias emitidos pelos prestadores de serviços odontológicos, radiológicos e serviços afins de profissionais e empresas credenciadas pelo TST-SAÚDE;
- 6.10. Examinar as negativas e as glosas geradas automaticamente pelo sistema informatizado e providenciar sua revisão, quando houver;
- 6.11. Manter contato junto aos cirurgiões-dentistas da rede credenciada para o acompanhamento da evolução clínica dos tratamentos, as prescrições e procedimentos adotados a fim de avaliar a qualidade do serviço prestado.
- 6.12. Realizar auditoria das contas odontológicas, compatibilizando-as com protocolos, normas do TST-SAÚDE, o contrato de credenciamento e as tabelas acordadas.
- 6.13. Realizar os procedimentos de autorização, perícia inicial e perícia final dos tratamentos odontológicos solicitados pelos prestadores credenciados ao Programa TST-SAÚDE;
- 6.14. Realizar perícia odontológica para a autorização dos procedimentos odontológicos previstos no Regulamento do Programa TST-SAÚDE e para o assessoramento técnico previsto no objeto do contrato;
- 6.15. Analisar guias de solicitação de tratamento odontológico para autorização, glosa ou recusa de procedimentos indicados ao beneficiário no momento do atendimento odontológico prestado pelos credenciados do Programa TST-SAÚDE;
- 6.16. Efetuar análise e assessoria técnicas, com a emissão de parecer, quando houver pedido de inclusão de procedimentos nas tabelas próprias do Programa TST-SAÚDE, para subsidiar tabelas pactuadas e pacotes em negociações com a rede credenciada;
- 6.17. Compor junta odontológica para qualquer hipótese de avaliação de tratamento odontológico;
- 6.18. Fornecer relatório operacional com o registro do volume das atividades executadas pela equipe de auditores odontológicos, sendo a frequência de entrega, detalhamento e escopo convencionados mediante acordo entre as partes.
- 6.19. Deverão ser confirmados durante a execução das perícias finais, obrigatoriamente, os seguintes requisitos:
  - a) Se os serviços cobrados foram prestados satisfatoriamente;
  - b) Se os procedimentos foram cobrados conforme contratos e tabelas;
  - c) Se os procedimentos cobrados foram autorizados em perícia inicial, quando esta for exigida;
  - d) Se as guias estão corretamente preenchidas e assinadas;
  - e) Se as faturas seguem as instruções gerais que acompanham as tabelas, quando houver.
- 6.20. Todas as contas e as guias de tratamento odontológico, após conferência no lote para





fins de faturamento, deverão ser assinadas e carimbadas pelo profissional que as auditou e pelo responsável da entidade prestadora do atendimento odontológico e, quando se tratar de glosas técnicas, essas deverão ser assinadas pelo perito cirurgião-dentista designado.

- 6.21. A cada conta e lote de guias auditadas, deverá ser anexado um relatório contendo resumo das inconsistências identificadas, quando houver, para cada fatura auditada.
- 6.22. As guias entregues pelos prestadores, após auditadas e pagas, deverão ser encaminhadas à Divisão Odontológica do TST, para o arquivamento junto aos seus respectivos prontuários.
- 6.23. Deverá ser instituído controle de prazo para garantir o comparecimento dos beneficiários à perícia final, com prazos máximos determinados em regulamentação própria do Programa TST-SAÚDE.

#### 7. Observações gerais:

- 7.1. Todas as contas após a conferência deverão ser assinadas e carimbadas pelo profissional que as auditou e pelo responsável pelo faturamento do hospital, e, quando se tratar de glosas técnicas, estas deverão ser assinadas pelos profissionais da área de enfermagem (enfermeiro).
- 7.2. A cada conta auditada deverá ser anexado um relatório contendo um resumo das ocorrências de cada fatura e discriminando os valores relativos a honorários médicos, materiais, medicamentos, OPME's (quando existir), e relatando as glosas efetuadas, informando o motivo e valor das mesmas, bem como o valor líquido a pagar.





## ANEXO II – REQUISITOS PARA OCUPAÇÃO DOS POSTOS DE TRABALHO

Documentos a serem apresentados em até 5 (cinco) dias após o início do Contrato:

COMPROVANTES DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS PROFISSIONAIS DOS POSTOS DE TRABALHO
<b>CARGOS</b>
<b>MÉDICOS AUDITORES (Internos e externo)</b>
Registro no Conselho Regional de Medicina - CRM;
Especialização em auditoria médica em nível de pós-graduação ou experiência mínima de 2 (dois) anos em auditoria médico- hospitalar, comprovada por meio de certificado de conclusão do curso, carteira de trabalho ou documento correlato (contrato de trabalho).
<b>ENFERMEIROS AUDITORES (Internos e externo)</b>
Registro no Conselho Regional de Enfermagem - COREN;
Curso de treinamento em auditoria médico-hospitalar ou experiência mínima de 2 (dois) anos em auditoria médico-hospitalar, comprovada por meio de certificado de conclusão do curso, carteira de trabalho ou documento correlato (contrato de trabalho).
<b>AUDITORES ODONTOLÓGICOS</b>
Registro no Conselho Regional de Odontologia – CRO, comprovado mediante apresentação da carteira profissional original ou autenticada;
Especialização em auditoria odontológica em nível de pós-graduação ou experiência mínima de 2 (dois) anos em auditoria odontológica, comprovada por meio de certificado de conclusão do curso, carteira de trabalho ou documento correlato (contrato de trabalho), em seu original ou cópia autenticada.
<b>FATURAMENTO E PROCESSAMENTO DE CONTAS MÉDICO-HOSPITALARES</b>
Ensino médio completo;
Curso/treinamento em faturamento e processamento de contas médico-hospitalares e/ou experiência mínima de 2 (dois) anos em faturamento e processamento de contas médico-hospitalares, comprovada por meio de carteira de trabalho ou documento equivalente.





**ANEXO III - PLANILHAS DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**

*Handwritten signature*

*Handwritten signature*



## 2 - DADOS DA PROPONENTE

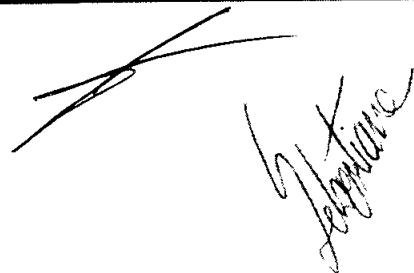
### Quadro 2.1 - Dados da Proponente

Razão Social:		CNPJ:
AUDICARE CONSULTORIA, AUDITORIA E GESTÃO EM SAÚDE		05.285.983/0001-73
Endereço da Matriz (digite o endereço no formato Logradouro, nº, Complemento - Bairro):		
SMAS nº 6580 Bloco 02 4º Andar Sl. 404, Cond ParkShopping Corporate // Guará – DF //		
Município:		UF:
Brasília		DF
CEP:		71.219-900
DDD:	Telefone:	E-mail:
61	3039-6703	sebastianarodrigues@audicareauditoria.com.br
Endereço do Escritório no Distrito Federal (digite o endereço no formato Logradouro, nº, Complemento - Bairro):		
Município:		UF:
		DF
CEP:		
DDD:	Telefone:	E-mail:
61		

### Quadro 2.2 - Regime de Tributação da Proponente

<input type="radio"/> Lucro Real <input checked="" type="radio"/> Lucro Presumido <input type="radio"/> Entidade Sem Fins Lucrativos <input type="radio"/> Optante pelo Simples Nacional <input type="checkbox"/> Desoneração da folha (Lei nº 12.546/2011)	Item	Tributo	Base de Cálculo	Alíquota (%)
	A	Tributos Federais		
	A.1	PIS	Faturamento	0,65%
	A.2	COFINS	Faturamento	3,00%
	A.3	INSS (Lei nº 12.546/2011)	Faturamento	0,00%
	Subtotal Tributos Federais			3,65%
	B	Tributos Distritais		
	B.1	ISS (ISSQN)	Faturamento	5,00%
	Subtotal Tributos Distritais			5,00%
	TOTAL			8,65%

**Obs.:** As empresas optantes pelo Simples Nacional poderão participar deste pregão e terão direito ao tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006. No entanto, não poderão apresentar proposta com os benefícios da condição de optante e, caso venham a ser contratadas, estarão sujeitas à exclusão obrigatória do Simples Nacional, em consequência do que dispõem o art. 17, inciso XII, o art. 30, inciso II, e o art. 31, inciso II, da citada Lei.



# 1 - DADOS DA CONTRATAÇÃO

## Quadro 1.1 - Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)

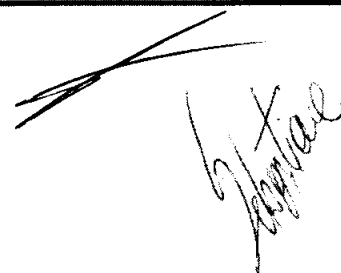
Nº do Processo Administrativo: <b>TST-502.605/2018-7</b>	Licitação nº: <b>PE-018/2019</b>	Data: <b>07/03/2019</b>	Horário: <b>14:30</b>
Local da Prestação dos Serviços <b>Brasília/DF</b>	Vigência da Contratação: <b>12 meses</b>	A Vigência é Prorrogável? <b>SIM</b>	Prazo Máximo de Vigência: <b>60 meses</b>

## Quadro 1.2 - Identificação do Serviço

Objeto da Contratação		
<b>Prestação de serviços continuados de apoio administrativo na área de auditoria médico-hospitalar e correlatos do Programa de Assistência à Saúde do Tribunal Superior do Trabalho - TST-Saúde.</b>		
Tipo de Serviço <b>Auditoria médica</b>	Unidade de Medida: <b>Postos de Trabalho</b>	Quantidade Mínima a Contratar: <b>12 Postos de Trabalho</b>

## Quadro 1.3 - Detalhamento do Objeto

Item	Posto de Trabalho	Tipo de Jornada de Trabalho	Período	Jornada de Trabalho Mensal	Quantidade Mínima de Postos	Ocupantes por Posto	Quantidade de Profissionais
1	Auditoria Interna - Perícia Médica - Médico	20 horas semanais	Diurno	100 horas	2	1	2
2	Auditoria Interna - Enfermeiro	30 horas semanais	Diurno	150 horas	3	1	3
3	Auditoria Interna - Perícia Odontológica - Cirurgião Dentista	30 horas semanais	Diurno	150 horas	2	1	2
4	Auditoria Interna - Faturamento - Faturista	40 horas semanais	Diurno	200 horas	3	1	3
5	Auditoria Externa - Perícia Médica - Médico	20 horas semanais	Diurno	100 horas	1	1	1
6	Auditoria Externa - Enfermeiro	30 horas semanais	Diurno	150 horas	1	1	1
<b>TOTAL</b>					<b>12</b>	<b>n/a</b>	<b>12</b>



### 3 - INSUMOS DE MÃO DE OBRA

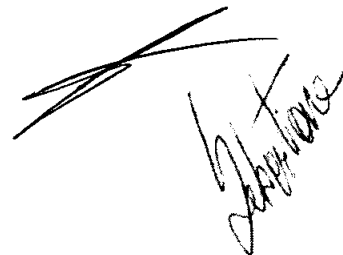
#### Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)

Nº do Processo Administrativo: <b>TST-502.605/2018-7</b>	Licitação nº: <b>PE-018/2019</b>	Data: <b>07/03/2019</b>	Horário: <b>14:30</b>
Local da Prestação dos Serviços: <b>Brasília/DF</b>			Vigência Máxima: <b>60 meses</b>
Tipo de Serviço: <b>Auditoria médica</b>			Data da Proposta: <b>07/03/2019</b>

#### Quadro 3.1 - Insumos Diversos

**Atenção!** Observar as especificações do item 7.19 do Termo de Referência.

Item	Especificação	Unidade de Medida	Quantidade	Vida Útil Estimada (meses)	Custo Unitário (R\$)	Custo Anual Estimado (R\$)	Custo Mensal Estimado (R\$)
1	Crachá	Un.	12	60	8,00	19,20	1,60
<b>TOTAL</b>					<b>n/a</b>	<b>19,20</b>	<b>1,60</b>
Quantidade de profissionais para rateio dos custos			12	Custo rateado por profissional		0,13	



## 4 - MÃO DE OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL

### 4.1 - AUDITORIA INTERNA - PERÍCIA MÉDICA - MÉDICO

#### Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)

Nº do Processo Administrativo: <b>TST-502.605/2018-7</b>	Licitação nº: <b>PE-018/2019</b>	Data: <b>07/03/2019</b>	Horário: <b>14:30</b>
Local da Prestação dos Serviços: <b>Brasília/DF</b>	Execução contratual: <b>12 meses</b>	Vigência Máxima: <b>60 meses</b>	
Tipo de Serviço: <b>Auditoria médica</b>		Data da Proposta: <b>07/03/2019</b>	

#### Dados Complementares para Composição dos Custos com Mão de Obra

Categoria Profissional: <b>AUDITORIA INTERNA - PERÍCIA MÉDICA - MÉDICO</b>		Quantidade Mínima de Profissionais: <b>2</b>	
Tipo de Jornada de Trabalho: <b>20 horas semanais</b>		Jornada Mensal de Trabalho: <b>100 horas</b>	Turno: <b>Diurno</b>
<input checked="" type="radio"/> <b>Convenção Coletiva de Trabalho (CCT)</b>  <input type="radio"/> <b>Acordo Coletivo de Trabalho (ACT)</b>  <input type="radio"/> <b>Sentença Normativa em Dissídio Coletivo</b>		Sindicato Patronal (digite apenas a sigla): <b>SESCON/DF</b>	
		Sindicato Profissional (digite apenas a sigla): <b>SINDAPOIO/DF</b>	
		Data Base da CCT, ACT ou Dissídio Coletivo: <b>01/11/2018</b>	
Salário Mínimo Vigente: <b>R\$ 998,00</b>		Piso Salarial Definido no Edital da Licitação: <b>R\$ 6.000,00</b>	

#### Módulo 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO E INTERVALO INTRAJORNADA

1	Componente da Remuneração	Base de Cálculo	Alíquota (%)	Valor (R\$)
A	Salário base	Salário Base	n/a	6.000,00
B	Adicional de periculosidade <i>Obs.: Só preencha se o profissional tiver direito.</i>	Salário Base		-
C	Adicional de insalubridade <i>Obs.: Só preencha se o profissional tiver direito.</i>	Salário Mínimo		-
D	Adicional de risco de vida <i>Obs.: Só preencha se o profissional tiver direito.</i>	Salário Base		-
E	Adicional de motorização <i>Obs.: Só preencha se o profissional tiver direito.</i>	Salário Base		-
F	Adicional por tempo de serviço <i>Obs.: Só preencha se o profissional tiver direito.</i>	Salário Base		-
G	Outros (especificar abaixo)	Salário Base		-
<b>Subtotal 1.1: Salário Base + Adicionais</b>				<b>6.000,00</b>
1	Componente da Remuneração	Quant. Horas Mensais	Alíquota (%)	Valor (R\$)
H	Adicional noturno <i>Obs.: Só preencha se o profissional tiver direito.</i>			
I	Hora noturna adicional (ajuste p/ 1h = 52min30seg) <i>Obs.: Só preencha se o profissional tiver direito.</i>	0,00 h/mês		
<b>Subtotal 1.2: Adicional Noturno</b>				<b>-</b>
1	Componente da Remuneração	Quant. Horas Mensais	Alíquota (%)	Valor (R\$)
J	Adicional de hora extra <i>Obs.: Só preencha se o profissional tiver direito.</i>			
<b>TOTAL MÓDULO 1 (Remuneração)</b>				<b>6.000,00</b>
K	Intervalo intrajornada (1 h x dia trabalhado) <i>Obs.: Só preencha se o profissional tiver direito.</i>			
<b>TOTAL MÓDULO 1 (Remuneração) + Intervalo Intra-jornada</b>				<b>6.000,00</b>

## Módulo 2: BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS

**Obs.:** Durante a execução contratual deverão ser apresentados MENSALMENTE os comprovantes com os benefícios cotados neste módulo.

2	Benefício	Custo Diário (R\$)	Referência	Valor (R\$)
A.1	Vale-transporte		21 dias	-
A.2	Dedução legal de custo com vale-transporte	n/a	6%	-
A	Custo mensal com vale-transporte			-
B.1	Auxílio alimentação		21 dias	-
B.2	Dedução legal de custo com auxílio alimentação <b>Obs.:</b> Preencha apenas se houver previsão normativa para este desconto.	n/a	0%	-
B	Custo mensal com auxílio alimentação			-
C	Auxílio café da manhã		21 dias	-
D	Assistência médica e familiar	n/a	1 mês	
D	Auxílio creche	n/a	1 mês	
F	Seguro de vida	n/a	1 mês	60,00
G	Auxílio invalidez e funeral	n/a	1 mês	
H	Outros (especificar abaixo)	n/a	1 mês	
<b>TOTAL MÓDULO 2 (Benefícios)</b>				<b>60,00</b>

## Módulo 3: INSUMOS DIVERSOS

3	Insumo	Referência	Valor (R\$)
A	Insumos diversos	Quadro 3.1	0,13
<b>TOTAL MÓDULO 3 (Insumos)</b>			<b>0,13</b>

## Módulo 4: ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

### Submódulo 4.1: ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS E FGTS

4.1	Encargo Previdenciário e FGTS	Base de Cálculo	Alíquota (%)	Valor (R\$)
A	INSS	Módulo 1	20,00%	1.200,00
B	SESI ou SESC	Módulo 1	1,50%	90,00
C	SENAI ou SENAC	Módulo 1	1,00%	60,00
D	INCRA	Módulo 1	0,20%	12,00
E	Salário educação	Módulo 1	2,50%	150,00
F	FGTS	Módulo 1	8,00%	480,00
G	Seguro acidente do trabalho ajustado (=SATxFAP)	Módulo 1	0,50%	30,00
H	SEBRAE	Módulo 1	0,60%	36,00
<b>TOTAL SUBMÓDULO 4.1</b>			<b>34,30%</b>	<b>2.058,00</b>

### Submódulo 4.2: 13º SALÁRIO E ADICIONAL DE FÉRIAS

4.2	13º Salário e Adicional de Férias	Base de Cálculo	Alíquota (%)	Valor (R\$)
A	13º Salário	Módulo 1	8,33%	499,80
B	Adicional de férias	Módulo 1	2,78%	166,80
<b>Subtotal 4.2.1</b>				<b>666,60</b>
C	Incidência do Submódulo 4.1	Subtotal 4.2.1	34,30%	228,64
<b>TOTAL SUBMÓDULO 4.2</b>				<b>895,24</b>





**Submódulo 4.3: AFASTAMENTO MATERNIDADE**

4.3	Afastamento Maternidade	Base de Cálculo	Alíquota (%)	Valor (R\$)
A	Afastamento maternidade	Módulo 1	0,57%	34,20
<b>Subtotal 4.3.1</b>				<b>34,20</b>
B	Incidência do Submódulo 4.1	Subtotal 4.3.1	34,30%	11,73
<b>TOTAL SUBMÓDULO 4.3</b>				<b>45,93</b>

**Submódulo 4.4: PROVISÃO PARA RESCISÃO**

4.4	Provisão	Base de Cálculo	Alíquota (%)	Valor (R\$)
A	Aviso prévio indenizado	Módulo 1	0,42%	25,20
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	Item 4.4-A	8,00%	2,01
C	Multa do FGTS por dispensa sem justa causa	Módulo 1	4,78%	286,65
<b>TOTAL SUBMÓDULO 4.4</b>				<b>313,86</b>

**Submódulo 4.5: CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE**

4.5	Composição do Custo de Reposição do Profissional Ausente	Base de Cálculo	Alíquota (%)	Valor (R\$)
A	Férias	Módulo 1	8,33%	499,80
B	Ausência por doença	Módulo 1	1,66%	99,60
C	Licença paternidade	Módulo 1	0,02%	1,20
D	Ausências legais	Módulo 1	0,28%	16,80
E	Ausência por acidente de trabalho	Módulo 1	0,03%	1,80
F	Outros (especificar abaixo)	Módulo 1		-
<b>Subtotal 4.5.1</b>				<b>619,20</b>
G	Incidência do Submódulo 4.1	Subtotal 4.5.1	34,30%	212,38
<b>TOTAL SUBMÓDULO 4.5</b>				<b>831,58</b>

**Quadro-Resumo do Módulo 4: ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS**

4	Módulo 4 - Encargos Sociais e Trabalhistas	Base de Cálculo	Alíquota (%)	Valor (R\$)
4.1	Submódulo 4.1	n/a	n/a	2.058,00
4.2	Submódulo 4.2	n/a	n/a	895,24
4.3	Submódulo 4.3	n/a	n/a	45,93
4.4	Submódulo 4.4	n/a	n/a	313,86
4.5	Submódulo 4.5	n/a	n/a	831,58
4.6	Outros (especificar abaixo)	Módulo 1		-
<b>TOTAL MÓDULO 4</b>				<b>4.144,61</b>

**Módulo 5: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO**

5	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Base de Cálculo	Alíquota (%)	Valor (R\$)
A	Somatório dos Módulos 1, 2, 3 e 4	n/a	n/a	10.204,74
B	Custos indiretos	Item 5-A	4,00%	408,18
<b>Subtotal 5.1</b>				<b>10.612,92</b>
C	Lucro	Subtotal 5.1	5,76%	611,30
<b>Subtotal 5.2</b>				<b>11.224,22</b>
D	Tributos (Base de cálculo e alíquota transportadas do Quadro 2.2)	Faturamento	8,65%	1.062,82
<b>TOTAL MÓDULO 5</b>				<b>2.082,30</b>

**QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO**

	Módulo 4 - Encargos Sociais e Trabalhistas	Valor (R\$)
A	Módulo 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO E INTERVALO INTRAJORNADA	6.000,00
B	Módulo 2: BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS	60,00
C	Módulo 3: INSUMOS DIVERSOS	0,13
D	Módulo 4: ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS	4.144,61
	<b>Subtotal (=A+B+C+D)</b>	<b>10.204,74</b>
E	Módulo 5: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	2.082,30
	<b>VALOR TOTAL POR EMPREGADO</b>	<b>12.287,04</b>

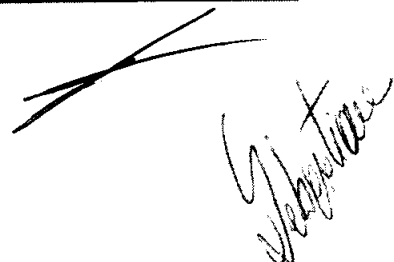
**Contingenciamento fixado pela Resolução nº 169/2013 do CNJ**

**Atenção!** Conforme determina o Art. 9º, da Res. CNJ nº 169/2013, os valores contingenciados serão retidos do pagamento mensal à prestadora dos serviços.

Item	Descrição	Base de Cálculo	Aliquota (%)	Valor (R\$)
A	13º Salário	Módulo 1	8,33%	499,80
B	Férias	Módulo 1	8,33%	499,80
C	Adicional de férias	Módulo 1	2,78%	166,80
	<b>Subtotal 1</b>			<b>1.166,40</b>
D	Incidência do Submódulo 4.1	Subtotal 1	34,30%	400,07
E	Multa do FGTS por dispensa sem justa causa	Módulo 1	4,78%	286,65
	<b>Subtotal 2</b>			<b>1.853,12</b>
	<b>VALOR TOTAL DO CONTINGENCIAMENTO MENSAL</b>			<b>1.853,12</b>

**Legenda:**

n/a = Não se aplica



#### 4 - MÃO DE OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL

##### 4.2 - AUDITORIA INTERNA - ENFERMEIRO

##### Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)

Nº do Processo Administrativo: <b>TST-502.605/2018-7</b>	Licitação nº: <b>PE-018/2019</b>	Data: <b>07/03/2019</b>	Horário: <b>14:30</b>
Local da Prestação dos Serviços: <b>Brasília/DF</b>	Execução contratual: <b>12 meses</b>	Vigência Máxima: <b>60 meses</b>	
Tipo de Serviço: <b>Auditoria médica</b>		Data da Proposta: <b>07/03/2019</b>	

##### Dados Complementares para Composição dos Custos com Mão de Obra

Categoria Profissional: <b>AUDITORIA INTERNA - ENFERMEIRO</b>		Quantidade Mínima de Profissionais: <b>3</b>	
Tipo de Jornada de Trabalho: <b>30 horas semanais</b>		Jornada Mensal de Trabalho: <b>150 horas</b>	Turno: <b>Diurno</b>
Instrumento Coletivo de Trabalho: <input checked="" type="radio"/> <b>Convenção Coletiva de Trabalho (CCT)</b> <input type="radio"/> <b>Acordo Coletivo de Trabalho (ACT)</b> <input type="radio"/> <b>Sentença Normativa em Dissídio Coletivo</b>		Sindicato Patronal (digite apenas a sigla): <b>SESCON/DF</b> Sindicato Profissional (digite apenas a sigla): <b>SINDAPOIO/DF</b> Data Base da CCT, ACT ou Dissídio Coletivo: <b>01/11/2018</b>	
Salário Mínimo Vigente <b>R\$ 998,00</b>		Piso Salarial Definido no Edital da Licitação: <b>R\$ 3.274,65</b>	

##### Módulo 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO E INTERVALO INTRAJORNADA

1	Componente da Remuneração	Base de Cálculo	Alíquota (%)	Valor (R\$)
A	Salário base	Salário Base	n/a	3.274,65
B	Adicional de periculosidade <i>Obs.: Só preencha se o profissional tiver direito.</i>	Salário Base		-
C	Adicional de insalubridade <i>Obs.: Só preencha se o profissional tiver direito.</i>	Salário Mínimo		-
D	Adicional de risco de vida <i>Obs.: Só preencha se o profissional tiver direito.</i>	Salário Base		-
E	Adicional de motorização <i>Obs.: Só preencha se o profissional tiver direito.</i>	Salário Base		-
F	Adicional por tempo de serviço <i>Obs.: Só preencha se o profissional tiver direito.</i>	Salário Base		-
G	Outros (especificar abaixo)	Salário Base		-
<b>Subtotal 1.1: Salário Base + Adicionais</b>				<b>3.274,65</b>
1	Componente da Remuneração	Quant. Horas Mensais	Alíquota (%)	Valor (R\$)
H	Adicional noturno <i>Obs.: Só preencha se o profissional tiver direito.</i>			
I	Hora noturna adicional (ajuste p/ 1h = 52min30seg) <i>Obs.: Só preencha se o profissional tiver direito.</i>	0,00 h/mês		
<b>Subtotal 1.2: Adicional Noturno</b>				<b>-</b>
1	Componente da Remuneração	Quant. Horas Mensais	Alíquota (%)	Valor (R\$)
J	Adicional de hora extra <i>Obs.: Só preencha se o profissional tiver direito.</i>			
<b>TOTAL MÓDULO 1 (Remuneração)</b>				<b>3.274,65</b>
K	Intervalo intrajornada (1 h x dia trabalhado) <i>Obs.: Só preencha se o profissional tiver direito.</i>			
<b>TOTAL MÓDULO 1 (Remuneração) + Intervalo Intrajornada</b>				<b>3.274,65</b>

*[Assinatura]*

**Módulo 2: BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS**

**Obs.:** Durante a execução contratual deverão ser apresentados MENSALMENTE os comprovantes com os benefícios cotados neste módulo.

2	Benefício	Custo Diário (R\$)	Referência	Valor (R\$)
A.1	Vale-transporte		21 dias	-
A.2	Dedução legal de custo com vale-transporte	n/a	6%	-
A	Custo mensal com vale-transporte			-
B.1	Auxílio alimentação	19,00	21 dias	399,00
B.2	Dedução legal de custo com auxílio alimentação <b>Obs.:</b> Preencha apenas se houver previsão normativa para este desconto.	n/a		-
B	Custo mensal com auxílio alimentação			399,00
C	Auxílio café da manhã		21 dias	-
D	Assistência médica e familiar	n/a	1 mês	-
D	Auxílio creche	n/a	1 mês	-
F	Seguro de vida	n/a	1 mês	60,00
G	Auxílio invalidez e funeral	n/a	1 mês	-
H	Outros (especificar abaixo)	n/a	1 mês	-
<b>TOTAL MÓDULO 2 (Benefícios)</b>				<b>459,00</b>

**Módulo 3: INSUMOS DIVERSOS**

3	Insumo	Referência	Valor (R\$)
A	Insumos diversos	Quadro 3.1	0,13
<b>TOTAL MÓDULO 3 (Insumos)</b>			<b>0,13</b>

**Módulo 4: ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS****Submódulo 4.1: ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS E FGTS**

4.1	Encargo Previdenciário e FGTS	Base de Cálculo	Alíquota (%)	Valor (R\$)
A	INSS	Módulo 1	20,00%	654,93
B	SESI ou SESC	Módulo 1	1,50%	49,11
C	SENAI ou SENAC	Módulo 1	1,00%	32,74
D	INCRA	Módulo 1	0,20%	6,54
E	Salário educação	Módulo 1	2,50%	81,86
F	FGTS	Módulo 1	8,00%	261,97
G	Seguro acidente do trabalho ajustado (=SATxFAP)	Módulo 1	0,50%	16,37
H	SEBRAE	Módulo 1	0,60%	19,64
<b>TOTAL SUBMÓDULO 4.1</b>			<b>34,30%</b>	<b>1.123,16</b>

**Submódulo 4.2: 13º SALÁRIO E ADICIONAL DE FÉRIAS**

4.2	13º Salário e Adicional de Férias	Base de Cálculo	Alíquota (%)	Valor (R\$)
A	13º Salário	Módulo 1	8,33%	272,77
B	Adicional de férias	Módulo 1	2,78%	91,03
<b>Subtotal 4.2.1</b>				<b>363,80</b>
C	Incidência do Submódulo 4.1	Subtotal 4.2.1	34,30%	124,78
<b>TOTAL SUBMÓDULO 4.2</b>				<b>488,58</b>



**Submódulo 4.3: AFASTAMENTO MATERNIDADE**

4.3	Afastamento Maternidade	Base de Cálculo	Alíquota (%)	Valor (R\$)
A	Afastamento maternidade	Módulo 1	0,57%	18,66
<b>Subtotal 4.3.1</b>				<b>18,66</b>
B	Incidência do Submódulo 4.1	Subtotal 4.3.1	34,30%	6,40
<b>TOTAL SUBMÓDULO 4.3</b>				<b>25,06</b>

**Submódulo 4.4: PROVISÃO PARA RESCISÃO**

4.4	Provisão	Base de Cálculo	Alíquota (%)	Valor (R\$)
A	Aviso prévio indenizado	Módulo 1	0,42%	13,75
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	Item 4.4-A	8,00%	1,10
C	Multa do FGTS por dispensa sem justa causa	Módulo 1	4,78%	156,44
<b>TOTAL SUBMÓDULO 4.4</b>				<b>171,29</b>

**Submódulo 4.5: CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE**

4.5	Composição do Custo de Reposição do Profissional Ausente	Base de Cálculo	Alíquota (%)	Valor (R\$)
A	Férias	Módulo 1	8,33%	272,77
B	Ausência por doença	Módulo 1	1,66%	54,35
C	Licença paternidade	Módulo 1	0,02%	0,65
D	Ausências legais	Módulo 1	0,28%	9,16
E	Ausência por acidente de trabalho	Módulo 1	0,03%	0,98
F	Outros (especificar abaixo)	Módulo 1		-
<b>Subtotal 4.5.1</b>				<b>337,91</b>
G	Incidência do Submódulo 4.1	Subtotal 4.5.1	34,30%	115,90
<b>TOTAL SUBMÓDULO 4.5</b>				<b>453,81</b>

**Quadro-Resumo do Módulo 4: ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS**

4	Módulo 4 - Encargos Sociais e Trabalhistas	Base de Cálculo	Alíquota (%)	Valor (R\$)
4.1	Submódulo 4.1	n/a	n/a	1.123,16
4.2	Submódulo 4.2	n/a	n/a	488,58
4.3	Submódulo 4.3	n/a	n/a	25,06
4.4	Submódulo 4.4	n/a	n/a	171,29
4.5	Submódulo 4.5	n/a	n/a	453,81
4.6	Outros (especificar abaixo)	Módulo 1		-
<b>TOTAL MÓDULO 4</b>				<b>2.261,90</b>

**Módulo 5: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO**

5	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Base de Cálculo	Alíquota (%)	Valor (R\$)
A	Somatório dos Módulos 1, 2, 3 e 4	n/a	n/a	5.995,68
B	Custos indiretos	Item 5-A	4,00%	239,82
<b>Subtotal 5.1</b>				<b>6.235,50</b>
C	Lucro	Subtotal 5.1	7,04%	438,97
<b>Subtotal 5.2</b>				<b>6.674,47</b>
D	Tributos (Base de cálculo e alíquota transportadas do Quadro 2.2)	Faturamento	8,65%	632,01
<b>TOTAL MÓDULO 5</b>				<b>1.310,80</b>



**QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO**

	Módulo 4 - Encargos Sociais e Trabalhistas	Valor (R\$)
A	Módulo 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO E INTERVALO INTRAJORNADA	3.274,65
B	Módulo 2: BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS	459,00
C	Módulo 3: INSUMOS DIVERSOS	0,13
D	Módulo 4: ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS	2.281,90
	<b>Subtotal (=A+B+C+D)</b>	<b>5.995,68</b>
E	Módulo 5: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	1.310,80
	<b>VALOR TOTAL POR EMPREGADO</b>	<b>7.306,48</b>

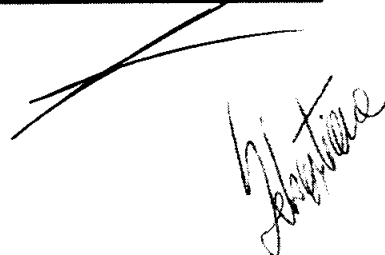
**Contingenciamento fixado pela Resolução nº 169/2013 do CNJ**

**Atenção!** Conforme determina o Art. 9º, da Res. CNJ nº 169/2013, os valores contingenciados serão retidos do pagamento mensal à prestadora dos serviços.

Item	Descrição	Base de Cálculo	Alíquota (%)	Valor (R\$)
A	13º Salário	Módulo 1	8,33%	272,77
B	Férias	Módulo 1	8,33%	272,77
C	Adicional de férias	Módulo 1	2,78%	91,03
	<b>Subtotal 1</b>			<b>636,57</b>
D	Incidência do Submódulo 4.1	Subtotal 1	34,30%	218,34
E	Multa do FGTS por dispensa sem justa causa	Módulo 1	4,78%	156,44
	<b>Subtotal 2</b>			<b>1.011,35</b>
	<b>VALOR TOTAL DO CONTINGENCIAMENTO MENSAL</b>			<b>1.011,35</b>

**Legenda:**

n/a = Não se aplica



## 4 - MÃO DE OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL

### 4.3 - AUDITORIA INTERNA - PERÍCIA ODONTOLÓGICA - CIRURGIÃO DENTISTA

#### Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)

Nº do Processo Administrativo: <b>TST-502.605/2018-7</b>	Licitação nº: <b>PE-018/2019</b>	Data: <b>07/03/2019</b>	Horário: <b>14:30</b>
Local da Prestação dos Serviços: <b>Brasília/DF</b>	Execução contratual: <b>12 meses</b>	Vigência Máxima: <b>60 meses</b>	
Tipo de Serviço: <b>Auditoria médica</b>		Data da Proposta: <b>07/03/2019</b>	

#### Dados Complementares para Composição dos Custos com Mão de Obra

Categoria Profissional: <b>AUDITORIA INTERNA - PERÍCIA ODONTOLÓGICA - CIRURGIÃO DENTISTA</b>		Quantidade Mínima de Profissionais: <b>2</b>	
Tipo de Jornada de Trabalho: <b>30 horas semanais</b>		Jornada Mensal de Trabalho: <b>150 horas</b>	
<input checked="" type="radio"/> <b>Convenção Coletiva de Trabalho (CCT)</b>  <input type="radio"/> <b>Acordo Coletivo de Trabalho (ACT)</b>  <input type="radio"/> <b>Sentença Normativa em Dissídio Coletivo</b>		Turno: <b>Diurno</b>	
		Instrumento Coletivo de Trabalho: Sindicato Patronal (digite apenas a sigla): <b>SESCON/DF</b>	
		Sindicato Profissional (digite apenas a sigla): <b>SINDAPOIO/DF</b>	
		Data Base da CCT, ACT ou Dissídio Coletivo: <b>01/11/2018</b>	
Salário Mínimo Vigente: <b>R\$ 998,00</b>		Piso Salarial Definido no Edital da Licitação: <b>R\$ 6.000,00</b>	

#### Módulo 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO E INTERVALO INTRAJORNADA

1	Componente da Remuneração	Base de Cálculo	Alíquota (%)	Valor (R\$)
A	Salário base	Salário Base	n/a	6.000,00
B	Adicional de periculosidade <i>Obs.: Só preencha se o profissional tiver direito.</i>	Salário Base		-
C	Adicional de insalubridade <i>Obs.: Só preencha se o profissional tiver direito.</i>	Salário Mínimo		-
D	Adicional de risco de vida <i>Obs.: Só preencha se o profissional tiver direito.</i>	Salário Base		-
E	Adicional de motorização <i>Obs.: Só preencha se o profissional tiver direito.</i>	Salário Base		-
F	Adicional por tempo de serviço <i>Obs.: Só preencha se o profissional tiver direito.</i>	Salário Base		-
G	Outros (especificar abaixo)	Salário Base		-
<b>Subtotal 1.1: Salário Base + Adicionais</b>				<b>6.000,00</b>
1	Componente da Remuneração	Quant. Horas Mensais	Alíquota (%)	Valor (R\$)
H	Adicional noturno <i>Obs.: Só preencha se o profissional tiver direito.</i>			
I	Hora noturna adicional (ajuste p/ 1h = 52min30seg) <i>Obs.: Só preencha se o profissional tiver direito.</i>	0,00 h/mês		
<b>Subtotal 1.2: Adicional Noturno</b>				<b>-</b>
1	Componente da Remuneração	Quant. Horas Mensais	Alíquota (%)	Valor (R\$)
J	Adicional de hora extra <i>Obs.: Só preencha se o profissional tiver direito.</i>			
<b>TOTAL MÓDULO 1 (Remuneração)</b>				<b>6.000,00</b>
K	Intervalo intrajornada (1 h x dia trabalhado) <i>Obs.: Só preencha se o profissional tiver direito.</i>			
<b>TOTAL MÓDULO 1 (Remuneração) + Intervalo Intra-jornada</b>				<b>6.000,00</b>

Aud. Int. Cir. Dentista

*[Assinatura]*

**Módulo 2: BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS**

**Obs.:** Durante a execução contratual deverão ser apresentados MENSALMENTE os comprovantes com os benefícios cotados neste módulo.

2	Benefício	Custo Diário (R\$)	Referência	Valor (R\$)
A.1	Vale-transporte		21 dias	-
A.2	Dedução legal de custo com vale-transporte	n/a		-
A	Custo mensal com vale-transporte			-
B.1	Auxílio alimentação	19,00	21 dias	399,00
B.2	Dedução legal de custo com auxílio alimentação <b>Obs.:</b> Preencha apenas se houver previsão normativa para este desconto	n/a		-
B	Custo mensal com auxílio alimentação			399,00
C	Auxílio café da manhã		21 dias	-
D	Assistência médica e familiar	n/a	1 mês	-
D	Auxílio creche	n/a	1 mês	-
F	Seguro de vida	n/a	1 mês	60,00
G	Auxílio invalidez e funeral	n/a	1 mês	-
H	Outros (especificar abaixo)	n/a	1 mês	-
<b>TOTAL MÓDULO 2 (Benefícios)</b>				<b>459,00</b>

**Módulo 3: INSUMOS DIVERSOS**

3	Insumo	Referência	Valor (R\$)
A	Insumos diversos	Quadro 3.1	0,13
<b>TOTAL MÓDULO 3 (Insumos)</b>			<b>0,13</b>

**Módulo 4: ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS****Submódulo 4.1: ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS E FGTS**

4.1	Encargo Previdenciário e FGTS	Base de Cálculo	Alíquota (%)	Valor (R\$)
A	INSS	Módulo 1	20,00%	1.200,00
B	SESI ou SESC	Módulo 1	1,50%	90,00
C	SENAI ou SENAC	Módulo 1	1,00%	60,00
D	INCRA	Módulo 1	0,20%	12,00
E	Salário educação	Módulo 1	2,50%	150,00
F	FGTS	Módulo 1	8,00%	480,00
G	Seguro acidente do trabalho ajustado (=SATxFAP)	Módulo 1	0,50%	30,00
H	SEBRAE	Módulo 1	0,60%	36,00
<b>TOTAL SUBMÓDULO 4.1</b>			<b>34,30%</b>	<b>2.058,00</b>

**Submódulo 4.2: 13º SALÁRIO E ADICIONAL DE FÉRIAS**

4.2	13º Salário e Adicional de Férias	Base de Cálculo	Alíquota (%)	Valor (R\$)
A	13º Salário	Módulo 1	8,33%	499,80
B	Adicional de férias	Módulo 1	2,78%	166,80
<b>Subtotal 4.2.1</b>				<b>666,60</b>
C	Incidência do Submódulo 4.1	Subtotal 4.2.1	34,30%	228,64
<b>TOTAL SUBMÓDULO 4.2</b>				<b>895,24</b>



**Submódulo 4.3: AFASTAMENTO MATERNIDADE**

4.3	Afastamento Maternidade	Base de Cálculo	Alíquota (%)	Valor (R\$)
A	Afastamento maternidade	Módulo 1	0,57%	34,20
<b>Subtotal 4.3.1</b>				<b>34,20</b>
B	Incidência do Submódulo 4.1	Subtotal 4.3.1	34,30%	11,73
<b>TOTAL SUBMÓDULO 4.3</b>				<b>45,93</b>

**Submódulo 4.4: PROVISÃO PARA RESCISÃO**

4.4	Provisão	Base de Cálculo	Alíquota (%)	Valor (R\$)
A	Aviso prévio indenizado	Módulo 1	0,42%	25,20
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	Item 4.4-A	8,00%	2,01
C	Multa do FGTS por dispensa sem justa causa	Módulo 1	4,78%	286,65
<b>TOTAL SUBMÓDULO 4.4</b>				<b>313,86</b>

**Submódulo 4.5: CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE**

4.5	Composição do Custo de Reposição do Profissional Ausente	Base de Cálculo	Alíquota (%)	Valor (R\$)
A	Férias	Módulo 1	8,33%	499,80
B	Ausência por doença	Módulo 1	1,66%	99,60
C	Licença paternidade	Módulo 1	0,02%	1,20
D	Ausências legais	Módulo 1	0,28%	16,80
E	Ausência por acidente de trabalho	Módulo 1	0,03%	1,80
F	Outros (especificar abaixo)	Módulo 1		-
<b>Subtotal 4.5.1</b>				<b>619,20</b>
G	Incidência do Submódulo 4.1	Subtotal 4.5.1	34,30%	212,38
<b>TOTAL SUBMÓDULO 4.5</b>				<b>831,58</b>

**Quadro-Resumo do Módulo 4: ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS**

4	Módulo 4 - Encargos Sociais e Trabalhistas	Base de Cálculo	Alíquota (%)	Valor (R\$)
4.1	Submódulo 4.1	n/a	n/a	2.058,00
4.2	Submódulo 4.2	n/a	n/a	895,24
4.3	Submódulo 4.3	n/a	n/a	45,93
4.4	Submódulo 4.4	n/a	n/a	313,86
4.5	Submódulo 4.5	n/a	n/a	831,58
4.6	Outros (especificar abaixo)	Módulo 1		-
<b>TOTAL MÓDULO 4</b>				<b>4.144,61</b>

**Módulo 5: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO**

5	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Base de Cálculo	Alíquota (%)	Valor (R\$)
A	Somatório dos Módulos 1, 2, 3 e 4	n/a	n/a	10.603,74
B	Custos indiretos	Item 5-A	4,00%	424,14
<b>Subtotal 5.1</b>				<b>11.027,88</b>
C	Lucro	Subtotal 5.1	1,46%	161,00
<b>Subtotal 5.2</b>				<b>11.188,88</b>
D	Tributos (Base de cálculo e alíquota transportadas do Quadro 2.2)	Faturamento	8,65%	1.059,48
<b>TOTAL MÓDULO 5</b>				<b>1.644,62</b>

**QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO**

	Módulo 4 - Encargos Sociais e Trabalhistas	Valor (R\$)
A	Módulo 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO E INTERVALO INTRAJORNADA	6.000,00
B	Módulo 2: BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS	459,00
C	Módulo 3: INSUMOS DIVERSOS	0,13
D	Módulo 4: ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS	4.144,61
	<b>Subtotal (=A+B+C+D)</b>	<b>10.603,74</b>
E	Módulo 5: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	1.644,62
	<b>VALOR TOTAL POR EMPREGADO</b>	<b>12.248,36</b>

**Contingenciamento fixado pela Resolução nº 169/2013 do CNJ**

**Atenção!** Conforme determina o Art. 9º, da Res. CNJ nº 169/2013, os valores contingenciados serão retidos do pagamento mensal à prestadora dos serviços.

Item	Descrição	Base de Cálculo	Aliquota (%)	Valor (R\$)
A	13º Salário	Módulo 1	8,33%	499,80
B	Férias	Módulo 1	8,33%	499,80
C	Adicional de férias	Módulo 1	2,78%	166,80
	<b>Subtotal 1</b>			<b>1.166,40</b>
D	Incidência do Submódulo 4.1	Subtotal 1	34,30%	400,07
E	Multa do FGTS por dispensa sem justa causa	Módulo 1	4,78%	286,65
	<b>Subtotal 2</b>			<b>1.853,12</b>
	<b>VALOR TOTAL DO CONTINGENCIAMENTO MENSAL</b>			<b>1.853,12</b>

**Legenda:**

n/a = Não se aplica

#### 4.4 - AUDITORIA INTERNA - FATURAMENTO - FATURISTA

Nº do Processo Administrativo: <b>TST-502.605/2018-7</b>		Licitação nº: <b>PE-018/2019</b>	Data: <b>07/03/2019</b>	Horário: <b>14:30</b>
Local da Prestação dos Serviços: <b>Brasília/DF</b>		Execução contratual: <b>12 meses</b>		Vigência Máxima: <b>60 meses</b>
Tipo de Serviço: <b>Auditoria médica</b>			Data da Proposta: <b>07/03/2019</b>	

Categoria Profissional: <b>AUDITORIA INTERNA - FATURAMENTO - FATURISTA</b>		Quantidade Mínima de Profissionais: <b>3</b>	
Tipo de Jornada de Trabalho: <b>40 horas semanais</b>		Jornada Mensal de Trabalho: <b>200 horas</b>	
Instrumento Coletivo de Trabalho: <input checked="" type="radio"/> <b>Convenção Coletiva de Trabalho (CCT)</b> <input type="radio"/> <b>Acordo Coletivo de Trabalho (ACT)</b> <input type="radio"/> <b>Sentença Normativa em Dissídio Coletivo</b>		Turno: <b>Diurno</b>	
		Sindicato Patronal (digite apenas a sigla): <b>SESCON/DF</b>	
		Sindicato Profissional (digite apenas a sigla): <b>SINDAPOIO/DF</b>	
		Data Base da CCT, ACT ou Dissídio Coletivo: <b>01/11/2018</b>	
Salário Mínimo Vigente: <b>R\$ 998,00</b>		Piso Salarial Definido no Edital da Licitação: <b>R\$ 1.621,00</b>	

1	Componente da Remuneração	Base de Cálculo	Aliquota (%)	Valor (R\$)
A	Salário base	Salário Base	n/a	1.621,00
B	Adicional de periculosidade <i>Obs.: Só preencha se o profissional tiver direito.</i>	Salário Base		-
C	Adicional de insalubridade <i>Obs.: Só preencha se o profissional tiver direito.</i>	Salário Mínimo		-
D	Adicional de risco de vida <i>Obs.: Só preencha se o profissional tiver direito.</i>	Salário Base		-
E	Adicional de motorização <i>Obs.: Só preencha se o profissional tiver direito.</i>	Salário Base		-
F	Adicional por tempo de serviço <i>Obs.: Só preencha se o profissional tiver direito.</i>	Salário Base		-
G	Outros (especificar abaixo)	Salário Base		-
<b>Subtotal 1.1: Salário Base + Adicionais</b>				<b>1.621,00</b>
1	Componente da Remuneração	Quant. Horas Mensais	Aliquota (%)	Valor (R\$)
H	Adicional noturno <i>Obs.: Só preencha se o profissional tiver direito.</i>			
I	Hora noturna adicional (ajuste p/ 1h = 52min30seg) <i>Obs.: Só preencha se o profissional tiver direito.</i>	0,00 h/mês		
<b>Subtotal 1.2: Adicional Noturno</b>				<b>-</b>
1	Componente da Remuneração	Quant. Horas Mensais	Aliquota (%)	Valor (R\$)
J	Adicional de hora extra <i>Obs.: Só preencha se o profissional tiver direito.</i>			
<b>TOTAL MÓDULO 1 (Remuneração)</b>				<b>1.621,00</b>
K	Intervalo intrajornada (1 h x dia trabalhado) <i>Obs.: Só preencha se o profissional tiver direito.</i>			
<b>TOTAL MÓDULO 1 (Remuneração) + Intervalo Intrajornada</b>				<b>1.621,00</b>

*Aud. Int. Faturista*

1,00

**Módulo 2: BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS**

**Obs.:** Durante a execução contratual deverão ser apresentados MENSALMENTE os comprovantes com os benefícios cotados neste módulo.

2	Benefício	Custo Diário (R\$)	Referência	Valor (R\$)
A.1	Vale-transporte	10,00	21 dias	210,00
A.2	Dedução legal de custo com vale-transporte	n/a	6%	(97,26)
A	Custo mensal com vale-transporte			112,74
B.1	Auxílio alimentação	25,00	21 dias	525,00
B.2	Dedução legal de custo com auxílio alimentação <i>Obs.:</i> Preencha apenas se houver previsão normativa para este desconto.	n/a		-
B	Custo mensal com auxílio alimentação			525,00
C	Auxílio café da manhã		21 dias	-
D	Assistência médica e familiar	n/a	1 mês	-
D	Auxílio creche	n/a	1 mês	-
F	Seguro de vida	n/a	1 mês	60,00
G	Auxílio invalidez e funeral	n/a	1 mês	-
H	Outros (especificar abaixo)	n/a	1 mês	-
<b>TOTAL MÓDULO 2 (Benefícios)</b>				<b>697,74</b>

**Módulo 3: INSUMOS DIVERSOS**

3	Insumo	Referência	Valor (R\$)
A	Insumos diversos	Quadro 3.1	0,13
<b>TOTAL MÓDULO 3 (Insumos)</b>			<b>0,13</b>

**Módulo 4: ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS****Submódulo 4.1: ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS E FGTS**

4.1	Encargo Previdenciário e FGTS	Base de Cálculo	Alíquota (%)	Valor (R\$)
A	INSS	Módulo 1	20,00%	324,20
B	SESI ou SESC	Módulo 1	1,50%	24,31
C	SENAI ou SENAC	Módulo 1	1,00%	16,21
D	INCRA	Módulo 1	0,20%	3,24
E	Salário educação	Módulo 1	2,50%	40,52
F	FGTS	Módulo 1	8,00%	129,68
G	Seguro acidente do trabalho ajustado (=SATxFAP)	Módulo 1	0,50%	8,10
H	SEBRAE	Módulo 1	0,60%	9,72
<b>TOTAL SUBMÓDULO 4.1</b>			<b>34,30%</b>	<b>555,98</b>

**Submódulo 4.2: 13º SALÁRIO E ADICIONAL DE FÉRIAS**

4.2	13º Salário e Adicional de Férias	Base de Cálculo	Alíquota (%)	Valor (R\$)
A	13º Salário	Módulo 1	8,33%	135,02
B	Adicional de férias	Módulo 1	2,78%	45,06
<b>Subtotal 4.2.1</b>				<b>180,08</b>
C	Incidência do Submódulo 4.1	Subtotal 4.2.1	34,30%	61,76
<b>TOTAL SUBMÓDULO 4.2</b>				<b>241,84</b>

**Submódulo 4.3: AFASTAMENTO MATERNIDADE**

4.3	Afastamento Maternidade	Base de Cálculo	Aliquota (%)	Valor (R\$)
A	Afastamento maternidade	Módulo 1	0,57%	9,23
<b>Subtotal 4.3.1</b>				<b>9,23</b>
B	Incidência do Submódulo 4.1	Subtotal 4.3.1	34,30%	3,16
<b>TOTAL SUBMÓDULO 4.3</b>				<b>12,39</b>

**Submódulo 4.4: PROVISÃO PARA RESCISÃO**

4.4	Provisão	Base de Cálculo	Aliquota (%)	Valor (R\$)
A	Aviso prévio indenizado	Módulo 1	0,42%	6,80
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	Item 4.4-A	8,00%	0,54
C	Multa do FGTS por dispensa sem justa causa	Módulo 1	4,78%	77,44
<b>TOTAL SUBMÓDULO 4.4</b>				<b>84,78</b>

**Submódulo 4.5: CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE**

4.5	Composição do Custo de Reposição do Profissional Ausente	Base de Cálculo	Aliquota (%)	Valor (R\$)
A	Férias	Módulo 1	8,33%	135,02
B	Ausência por doença	Módulo 1	1,66%	26,90
C	Licença paternidade	Módulo 1	0,02%	0,32
D	Ausências legais	Módulo 1	0,28%	4,53
E	Ausência por acidente de trabalho	Módulo 1	0,03%	0,48
F	Outros (especificar abaixo)	Módulo 1		-
<b>Subtotal 4.5.1</b>				<b>167,25</b>
G	Incidência do Submódulo 4.1	Subtotal 4.5.1	34,30%	57,36
<b>TOTAL SUBMÓDULO 4.5</b>				<b>224,61</b>

**Quadro-Resumo do Módulo 4: ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS**

4	Módulo 4 - Encargos Sociais e Trabalhistas	Base de Cálculo	Aliquota (%)	Valor (R\$)
4.1	Submódulo 4.1	n/a	n/a	555,98
4.2	Submódulo 4.2	n/a	n/a	241,84
4.3	Submódulo 4.3	n/a	n/a	12,39
4.4	Submódulo 4.4	n/a	n/a	84,78
4.5	Submódulo 4.5	n/a	n/a	224,61
4.6	Outros (especificar abaixo)	Módulo 1		-
<b>TOTAL MÓDULO 4</b>				<b>1.119,60</b>

**Módulo 5: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO**

5	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Base de Cálculo	Aliquota (%)	Valor (R\$)
A	Somatório dos Módulos 1, 2, 3 e 4	n/a	n/a	3.438,47
B	Custos indiretos	Item 5-A	4,00%	137,53
<b>Subtotal 5.1</b>				<b>3.576,00</b>
C	Lucro	Subtotal 5.1	6,43%	229,93
<b>Subtotal 5.2</b>				<b>3.805,93</b>
D	Tributos (Base de cálculo e alíquota transportadas do Quadro 2.2)	Faturamento	8,65%	360,38
<b>TOTAL MÓDULO 5</b>				<b>727,84</b>

**QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO**

	Módulo 4 - Encargos Sociais e Trabalhistas	Valor (R\$)
A	Módulo 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO E INTERVALO INTRAJORNADA	1.621,00
B	Módulo 2: BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS	697,74
C	Módulo 3: INSUMOS DIVERSOS	0,13
D	Módulo 4: ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS	1.119,60
	<b>Subtotal (=A+B+C+D)</b>	<b>3.438,47</b>
E	Módulo 5: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	727,84
	<b>VALOR TOTAL POR EMPREGADO</b>	<b>4.166,31</b>

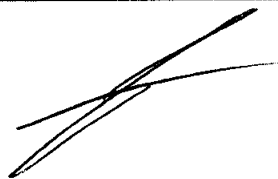
**Contingenciamento fixado pela Resolução nº 169/2013 do CNJ**

**Atenção!** Conforme determina o Art. 9º, da Res. CNJ nº 169/2013, os valores contingenciados serão retidos do pagamento mensal à prestadora dos serviços.

Item	Descrição	Base de Cálculo	Aliquota (%)	Valor (R\$)
A	13º Salário	Módulo 1	8,33%	135,02
B	Férias	Módulo 1	8,33%	135,02
C	Adicional de férias	Módulo 1	2,78%	45,06
	<b>Subtotal 1</b>			<b>315,10</b>
D	Incidência do Submódulo 4.1	Subtotal 1	34,30%	108,07
E	Multa do FGTS por dispensa sem justa causa	Módulo 1	4,78%	77,44
	<b>Subtotal 2</b>			<b>500,61</b>
	<b>VALOR TOTAL DO CONTINGENCIAMENTO MENSAL</b>			<b>500,61</b>

**Legenda:**

n/a = Não se aplica




## 4 - MÃO DE OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL

### 4.5 - AUDITORIA EXTERNA - PERÍCIA MÉDICA - MÉDICO

#### Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)

Nº do Processo Administrativo: <b>TST-502.605/2018-7</b>	Licitação nº: <b>PE-018/2019</b>	Data: <b>07/03/2019</b>	Horário: <b>14:30</b>
Local da Prestação dos Serviços: <b>Brasília/DF</b>	Execução contratual: <b>12 meses</b>	Vigência Máxima: <b>60 meses</b>	
Tipo de Serviço: <b>Auditoria médica</b>		Data da Proposta: <b>07/03/2019</b>	

#### Dados Complementares para Composição dos Custos com Mão de Obra

Categoria Profissional: <b>AUDITORIA EXTERNA - PERÍCIA MÉDICA - MÉDICO</b>		Quantidade Mínima de Profissionais: <b>1</b>	
Tipo de Jornada de Trabalho: <b>20 horas semanais</b>	Jornada Mensal de Trabalho: <b>100 horas</b>		Turno: <b>Diurno</b>
<input checked="" type="radio"/> <b>Convenção Coletiva de Trabalho (CCT)</b> <input type="radio"/> <b>Acordo Coletivo de Trabalho (ACT)</b> <input type="radio"/> <b>Sentença Normativa em Dissídio Coletivo</b>	Sindicato Patronal (digite apenas a sigla): <b>SESCON/DF</b>		
	Sindicato Profissional (digite apenas a sigla): <b>SINDAPOIO/DF</b>		
	Data Base da CCT, ACT ou Dissídio Coletivo: <b>01/11/2018</b>		
Salário Mínimo Vigente: <b>R\$ 998,00</b>	Piso Salarial Definido no Edital da Licitação: <b>R\$ 5.061,36</b>		

#### Módulo 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO E INTERVALO INTRAJORNADA

1	Componente da Remuneração	Base de Cálculo	Aliquota (%)	Valor (R\$)
A	Salário base	Salário Base	n/a	5.061,36
B	Adicional de periculosidade <i>Obs.: Só preencha se o profissional tiver direito.</i>	Salário Base		-
C	Adicional de insalubridade <i>Obs.: Só preencha se o profissional tiver direito.</i>	Salário Mínimo	20,00%	199,60
D	Adicional de risco de vida <i>Obs.: Só preencha se o profissional tiver direito.</i>	Salário Base		-
E	Adicional de motorização <i>Obs.: Só preencha se o profissional tiver direito.</i>	Salário Base		-
F	Adicional por tempo de serviço <i>Obs.: Só preencha se o profissional tiver direito.</i>	Salário Base		-
G	Outros (especificar abaixo)	Salário Base		-
<b>Subtotal 1.1: Salário Base + Adicionais</b>				<b>5.260,96</b>
1	Componente da Remuneração	Quant. Horas Mensais	Aliquota (%)	Valor (R\$)
H	Adicional noturno <i>Obs.: Só preencha se o profissional tiver direito.</i>			
I	Hora noturna adicional (ajuste p/ 1h = 52min30seg) <i>Obs.: Só preencha se o profissional tiver direito.</i>	0,00 h/mês		
<b>Subtotal 1.2: Adicional Noturno</b>				<b>-</b>
1	Componente da Remuneração	Quant. Horas Mensais	Aliquota (%)	Valor (R\$)
J	Adicional de hora extra <i>Obs.: Só preencha se o profissional tiver direito.</i>			
<b>TOTAL MÓDULO 1 (Remuneração)</b>				<b>5.260,96</b>
K	Intervalo intrajornada (1 h x dia trabalhado) <i>Obs.: Só preencha se o profissional tiver direito.</i>			
<b>TOTAL MÓDULO 1 (Remuneração) + Intervalo Intra-jornada</b>				<b>5.260,96</b>

**Módulo 2: BENEFÍCIOS MENSALIS E DIÁRIOS**

**Obs.:** Durante a execução contratual deverão ser apresentados MENSALMENTE os comprovantes com os benefícios cotados neste módulo.

2	Benefício	Custo Diário (R\$)	Referência	Valor (R\$)
A.1	Vale-transporte		21 dias	-
A.2	Dedução legal de custo com vale-transporte	n/a		-
A	Custo mensal com vale-transporte			-
B.1	Auxílio alimentação		21 dias	-
B.2	Dedução legal de custo com auxílio alimentação <i>Obs.:</i> Preencha apenas se houver previsão normativa para este desconto.	n/a		-
B	Custo mensal com auxílio alimentação			-
C	Auxílio café da manhã		21 dias	-
D	Assistência médica e familiar	n/a	1 mês	-
D	Auxílio creche	n/a	1 mês	-
F	Seguro de vida	n/a	1 mês	60,00
G	Auxílio invalidez e funeral	n/a	1 mês	-
H	Outros (especificar abaixo)	n/a	1 mês	-
<b>TOTAL MÓDULO 2 (Benefícios)</b>				<b>60,00</b>

**Módulo 3: INSUMOS DIVERSOS**

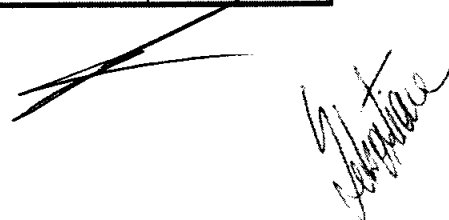
3	Insumo	Referência	Valor (R\$)
A	Insumos diversos	Quadro 3.1	0,13
<b>TOTAL MÓDULO 3 (Insumos)</b>			<b>0,13</b>

**Módulo 4: ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS****Submódulo 4.1: ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS E FGTS**

4.1	Encargo Previdenciário e FGTS	Base de Cálculo	Alíquota (%)	Valor (R\$)
A	INSS	Módulo 1	20,00%	1.052,19
B	SESI ou SESC	Módulo 1	1,50%	78,91
C	SENAI ou SENAC	Módulo 1	1,00%	52,60
D	INCRA	Módulo 1	0,20%	10,52
E	Salário educação	Módulo 1	2,50%	131,52
F	FGTS	Módulo 1	8,00%	420,87
G	Seguro acidente do trabalho ajustado (=SATxFAP)	Módulo 1	0,50%	26,30
H	SEBRAE	Módulo 1	0,60%	31,56
<b>TOTAL SUBMÓDULO 4.1</b>			<b>34,30%</b>	<b>1.804,47</b>

**Submódulo 4.2: 13º SALÁRIO E ADICIONAL DE FÉRIAS**

4.2	13º Salário e Adicional de Férias	Base de Cálculo	Alíquota (%)	Valor (R\$)
A	13º Salário	Módulo 1	8,33%	438,23
B	Adicional de férias	Módulo 1	2,78%	146,25
<b>Subtotal 4.2.1</b>				<b>584,48</b>
C	Incidência do Submódulo 4.1	Subtotal 4.2.1	34,30%	200,47
<b>TOTAL SUBMÓDULO 4.2</b>				<b>784,95</b>





**Submódulo 4.3: AFASTAMENTO MATERNIDADE**

4.3	Afastamento Maternidade	Base de Cálculo	Alíquota (%)	Valor (R\$)
A	Afastamento maternidade	Módulo 1	0,57%	29,98
<b>Subtotal 4.3.1</b>				<b>29,98</b>
B	Incidência do Submódulo 4.1	Subtotal 4.3.1	34,30%	10,28
<b>TOTAL SUBMÓDULO 4.3</b>				<b>40,26</b>

**Submódulo 4.4: PROVISÃO PARA RESCISÃO**

4.4	Provisão	Base de Cálculo	Alíquota (%)	Valor (R\$)
A	Aviso prévio indenizado	Módulo 1	0,42%	22,09
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	Item 4.4-A	8,00%	1,76
C	Multa do FGTS por dispensa sem justa causa	Módulo 1	4,78%	251,34
<b>TOTAL SUBMÓDULO 4.4</b>				<b>275,19</b>

**Submódulo 4.5: CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE**

4.5	Composição do Custo de Reposição do Profissional Ausente	Base de Cálculo	Alíquota (%)	Valor (R\$)
A	Férias	Módulo 1	8,33%	438,23
B	Ausência por doença	Módulo 1	1,66%	87,33
C	Licença paternidade	Módulo 1	0,02%	1,05
D	Ausências legais	Módulo 1	0,28%	14,73
E	Ausência por acidente de trabalho	Módulo 1	0,03%	1,57
F	Outros (especificar abaixo)	Módulo 1		-
<b>Subtotal 4.5.1</b>				<b>542,91</b>
G	Incidência do Submódulo 4.1	Subtotal 4.5.1	34,30%	186,21
<b>TOTAL SUBMÓDULO 4.5</b>				<b>729,12</b>

**Quadro-Resumo do Módulo 4: ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS**

4	Módulo 4 - Encargos Sociais e Trabalhistas	Base de Cálculo	Alíquota (%)	Valor (R\$)
4.1	Submódulo 4.1	n/a	n/a	1.804,47
4.2	Submódulo 4.2	n/a	n/a	784,95
4.3	Submódulo 4.3	n/a	n/a	40,26
4.4	Submódulo 4.4	n/a	n/a	275,19
4.5	Submódulo 4.5	n/a	n/a	729,12
4.6	Outros (especificar abaixo)	Módulo 1		-
<b>TOTAL MÓDULO 4</b>				<b>3.633,99</b>

**Módulo 5: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO**

5	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Base de Cálculo	Alíquota (%)	Valor (R\$)
A	Somatório dos Módulos 1, 2, 3 e 4	n/a	n/a	8.955,08
B	Custos indiretos	Item 5-A	4,00%	358,20
<b>Subtotal 5.1</b>				<b>9.313,28</b>
C	Lucro	Subtotal 5.1	5,93%	552,27
<b>Subtotal 5.2</b>				<b>9.865,55</b>
D	Tributos (Base de cálculo e alíquota transportadas do Quadro 2.2)	Faturamento	8,65%	934,17
<b>TOTAL MÓDULO 5</b>				<b>1.844,64</b>



**QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO**

	Módulo 4 - Encargos Sociais e Trabalhistas	Valor (R\$)
A	Módulo 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO E INTERVALO INTRAJORNADA	5.260,96
B	Módulo 2: BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS	60,00
C	Módulo 3: INSUMOS DIVERSOS	0,13
D	Módulo 4: ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS	3.633,99
	<b>Subtotal (=A+B+C+D)</b>	<b>8.955,08</b>
E	Módulo 5: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	1.844,64
	<b>VALOR TOTAL POR EMPREGADO</b>	<b>10.799,72</b>

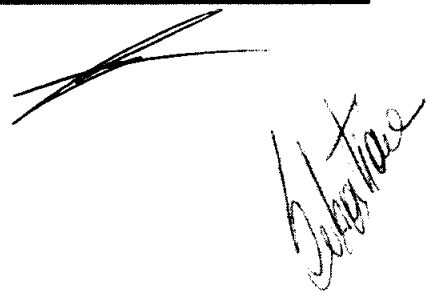
**Contingenciamento fixado pela Resolução nº 169/2013 do CNJ**

**Atenção!** Conforme determina o Art. 9º, da Res. CNJ nº 169/2013, os valores contingenciados serão retidos do pagamento mensal à prestadora dos serviços.

Item	Descrição	Base de Cálculo	Alíquota (%)	Valor (R\$)
A	13º Salário	Módulo 1	8,33%	438,23
B	Férias	Módulo 1	8,33%	438,23
C	Adicional de férias	Módulo 1	2,78%	146,25
	<b>Subtotal 1</b>			<b>1.022,71</b>
D	Incidência do Submódulo 4.1	Subtotal 1	34,30%	350,78
E	Multa do FGTS por dispensa sem justa causa	Módulo 1	4,78%	251,34
	<b>Subtotal 2</b>			<b>1.624,83</b>
	<b>VALOR TOTAL DO CONTINGENCIAMENTO MENSAL</b>			<b>1.624,83</b>

**Legenda:**

n/a = Não se aplica



## 4 - MÃO DE OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL

### 4.6 - AUDITORIA EXTERNA - ENFERMEIRO

#### Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)

Nº do Processo Administrativo: <b>TST-502.605/2018-7</b>	Licitação nº: <b>PE-018/2019</b>	Data: <b>07/03/2019</b>	Horário: <b>14:30</b>
Local da Prestação dos Serviços: <b>Brasília/DF</b>	Execução contratual: <b>12 meses</b>	Vigência Máxima: <b>60 meses</b>	
Tipo de Serviço: <b>Auditoria médica</b>		Data da Proposta: <b>07/03/2019</b>	

#### Dados Complementares para Composição dos Custos com Mão de Obra

Categoria Profissional: <b>AUDITORIA EXTERNA - ENFERMEIRO</b>		Quantidade Mínima de Profissionais: <b>1</b>	
Tipo de Jornada de Trabalho: <b>30 horas semanais</b>		Jornada Mensal de Trabalho: <b>150 horas</b>	Turno: <b>Diurno</b>
<input checked="" type="radio"/> <b>Convenção Coletiva de Trabalho (CCT)</b>  <input type="radio"/> <b>Acordo Coletivo de Trabalho (ACT)</b>  <input type="radio"/> <b>Sentença Normativa em Dissídio Coletivo</b>		Sindicato Patronal (digite apenas a sigla): <b>SESCON/DF</b>	
		Sindicato Profissional (digite apenas a sigla): <b>SINDAPOIO/DF</b>	
		Data Base da CCT, ACT ou Dissídio Coletivo: <b>01/11/2018</b>	
Salário Mínimo Vigente: <b>R\$ 998,00</b>		Piso Salarial Definido no Edital da Licitação: <b>R\$ 3.274,65</b>	

#### Módulo 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO E INTERVALO INTRAJORNADA

1	Componente da Remuneração	Base de Cálculo	Alíquota (%)	Valor (R\$)
A	Salário base	Salário Base	n/a	3.274,65
B	Adicional de periculosidade <i>Obs.: Só preencha se o profissional tiver direito.</i>	Salário Base		-
C	Adicional de insalubridade <i>Obs.: Só preencha se o profissional tiver direito.</i>	Salário Mínimo	20,00%	199,60
D	Adicional de risco de vida <i>Obs.: Só preencha se o profissional tiver direito.</i>	Salário Base		-
E	Adicional de motorização <i>Obs.: Só preencha se o profissional tiver direito.</i>	Salário Base		-
F	Adicional por tempo de serviço <i>Obs.: Só preencha se o profissional tiver direito.</i>	Salário Base		-
G	Outros (especificar abaixo)	Salário Base		-
<b>Subtotal 1.1: Salário Base + Adicionais</b>				<b>3.474,25</b>
1	Componente da Remuneração	Quant. Horas Mensais	Alíquota (%)	Valor (R\$)
H	Adicional noturno <i>Obs.: Só preencha se o profissional tiver direito.</i>			
I	Hora noturna adicional (ajuste p/ 1h = 52min30seg) <i>Obs.: Só preencha se o profissional tiver direito.</i>	0,00 h/mês		
<b>Subtotal 1.2: Adicional Noturno</b>				<b>-</b>
1	Componente da Remuneração	Quant. Horas Mensais	Alíquota (%)	Valor (R\$)
J	Adicional de hora extra <i>Obs.: Só preencha se o profissional tiver direito.</i>			
<b>TOTAL MÓDULO 1 (Remuneração)</b>				<b>3.474,25</b>
K	Intervalo intrajornada (1 h x dia trabalhado) <i>Obs.: Só preencha se o profissional tiver direito.</i>			
<b>TOTAL MÓDULO 1 (Remuneração) + Intervalo Intrajornada</b>				<b>3.474,25</b>

**Módulo 2: BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS**

**Obs.:** Durante a execução contratual deverão ser apresentados MENSALMENTE os comprovantes com os benefícios cotados neste módulo.

2	Benefício	Custo Diário (R\$)	Referência	Valor (R\$)
A.1	Vale-transporte		21 dias	-
A.2	Dedução legal de custo com vale-transporte	n/a		-
A	Custo mensal com vale-transporte			-
B.1	Auxílio alimentação	19,00	21 dias	399,00
B.2	Dedução legal de custo com auxílio alimentação <b>Obs.:</b> Preencha apenas se houver previsão normativa para este desconto	n/a		-
B	Custo mensal com auxílio alimentação			399,00
C	Auxílio café da manhã		21 dias	-
D	Assistência médica e familiar	n/a	1 mês	-
D	Auxílio creche	n/a	1 mês	-
F	Seguro de vida	n/a	1 mês	60,00
G	Auxílio invalidez e funeral	n/a	1 mês	-
H	Outros (especificar abaixo)	n/a	1 mês	-
<b>TOTAL MÓDULO 2 (Benefícios)</b>				<b>459,00</b>

**Módulo 3: INSUMOS DIVERSOS**

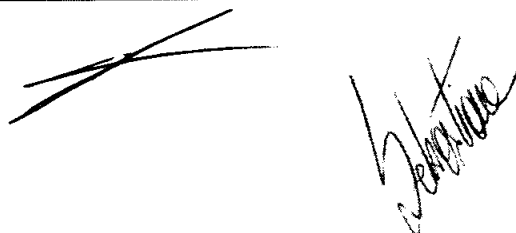
3	Insumo	Referência	Valor (R\$)
A	Insumos diversos	Quadro 3.1	0,13
<b>TOTAL MÓDULO 3 (Insumos)</b>			<b>0,13</b>

**Módulo 4: ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS****Submódulo 4.1: ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS E FGTS**

4.1	Encargo Previdenciário e FGTS	Base de Cálculo	Alíquota (%)	Valor (R\$)
A	INSS	Módulo 1	20,00%	694,85
B	SESI ou SESC	Módulo 1	1,50%	52,11
C	SENAI ou SENAC	Módulo 1	1,00%	34,74
D	INCRA	Módulo 1	0,20%	6,94
E	Salário educação	Módulo 1	2,50%	86,85
F	FGTS	Módulo 1	8,00%	277,94
G	Seguro acidente do trabalho ajustado (=SATxFAP)	Módulo 1	0,50%	17,37
H	SEBRAE	Módulo 1	0,60%	20,84
<b>TOTAL SUBMÓDULO 4.1</b>			<b>34,30%</b>	<b>1.191,64</b>

**Submódulo 4.2: 13º SALÁRIO E ADICIONAL DE FÉRIAS**

4.2	13º Salário e Adicional de Férias	Base de Cálculo	Alíquota (%)	Valor (R\$)
A	13º Salário	Módulo 1	8,33%	289,40
B	Adicional de férias	Módulo 1	2,78%	96,58
<b>Subtotal 4.2.1</b>				<b>385,98</b>
C	Incidência do Submódulo 4.1	Subtotal 4.2.1	34,30%	132,39
<b>TOTAL SUBMÓDULO 4.2</b>				<b>518,37</b>



**Submódulo 4.3: AFASTAMENTO MATERNIDADE**

4.3	Afastamento Maternidade	Base de Cálculo	Alíquota (%)	Valor (R\$)
A	Afastamento maternidade	Módulo 1	0,57%	19,80
<b>Subtotal 4.3.1</b>				<b>19,80</b>
B	Incidência do Submódulo 4.1	Subtotal 4.3.1	34,30%	6,79
<b>TOTAL SUBMÓDULO 4.3</b>				<b>26,59</b>

**Submódulo 4.4: PROVISÃO PARA RESCISÃO**

4.4	Provisão	Base de Cálculo	Alíquota (%)	Valor (R\$)
A	Aviso prévio indenizado	Módulo 1	0,42%	14,59
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	Item 4.4-A	8,00%	1,16
C	Multa do FGTS por dispensa sem justa causa	Módulo 1	4,78%	165,98
<b>TOTAL SUBMÓDULO 4.4</b>				<b>181,73</b>

**Submódulo 4.5: CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE**


4.5	Composição do Custo de Reposição do Profissional Ausente	Base de Cálculo	Alíquota (%)	Valor (R\$)
A	Férias	Módulo 1	8,33%	289,40
B	Ausência por doença	Módulo 1	1,66%	57,67
C	Licença paternidade	Módulo 1	0,02%	0,69
D	Ausências legais	Módulo 1	0,28%	9,72
E	Ausência por acidente de trabalho	Módulo 1	0,03%	1,04
F	Outros (especificar abaixo)	Módulo 1		-
<b>Subtotal 4.5.1</b>				<b>358,52</b>
G	Incidência do Submódulo 4.1	Subtotal 4.5.1	34,30%	122,97
<b>TOTAL SUBMÓDULO 4.5</b>				<b>481,49</b>

**Quadro-Resumo do Módulo 4: ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS**

4	Módulo 4 - Encargos Sociais e Trabalhistas	Base de Cálculo	Alíquota (%)	Valor (R\$)
4.1	Submódulo 4.1	n/a	n/a	1.191,64
4.2	Submódulo 4.2	n/a	n/a	518,37
4.3	Submódulo 4.3	n/a	n/a	26,59
4.4	Submódulo 4.4	n/a	n/a	181,73
4.5	Submódulo 4.5	n/a	n/a	481,49
4.6	Outros (especificar abaixo)	Módulo 1		-
<b>TOTAL MÓDULO 4</b>				<b>2.399,82</b>

**Módulo 5: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO**

5	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Base de Cálculo	Alíquota (%)	Valor (R\$)
A	Somatório dos Módulos 1, 2, 3 e 4	n/a	n/a	6.333,20
B	Custos indiretos	Item 5-A	4,00%	253,32
<b>Subtotal 5.1</b>				<b>6.586,52</b>
C	Lucro	Subtotal 5.1	8,18%	538,77
<b>Subtotal 5.2</b>				<b>7.125,29</b>
D	Tributos (Base de cálculo e alíquota transportadas do Quadro 2.2)	Faturamento	8,65%	674,69
<b>TOTAL MÓDULO 5</b>				<b>1.466,78</b>



**QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO**

	Módulo 4 - Encargos Sociais e Trabalhistas	Valor (R\$)
A	Módulo 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO E INTERVALO INTRAJORNADA	3.474,25
B	Módulo 2: BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS	459,00
C	Módulo 3: INSUMOS DIVERSOS	0,13
D	Módulo 4: ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS	2.399,82
	<b>Subtotal (=A+B+C+D)</b>	<b>6.333,20</b>
E	Módulo 5: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	1.466,78
	<b>VALOR TOTAL POR EMPREGADO</b>	<b>7.799,98</b>

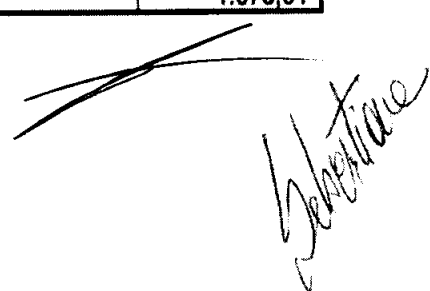
**Contingenciamento fixado pela Resolução nº 169/2013 do CNJ**

**Atenção!** Conforme determina o Art. 9º, da Res. CNJ nº 169/2013, os valores contingenciados serão retidos do pagamento mensal à prestadora dos serviços.

Item	Descrição	Base de Cálculo	Alíquota (%)	Valor (R\$)
A	13º Salário	Módulo 1	8,33%	289,40
B	Férias	Módulo 1	8,33%	289,40
C	Adicional de férias	Módulo 1	2,78%	96,58
	<b>Subtotal 1</b>			<b>675,38</b>
D	Incidência do Submódulo 4.1	Subtotal 1	34,30%	231,65
E	Multa do FGTS por dispensa sem justa causa	Módulo 1	4,78%	165,98
	<b>Subtotal 2</b>			<b>1.073,01</b>
	<b>VALOR TOTAL DO CONTINGENCIAMENTO MENSAL</b>			<b>1.073,01</b>

**Legenda:**

n/a = Não se aplica



## 5 - AVISO PRÉVIO TRABALHADO - FIM DE CONTRATO

Quadro 5.1 - ESTIMATIVA PARA PAGAMENTO DO AVISO PRÉVIO TRABALHADO - FIM DE CONTRATO

Item	Posto de Trabalho	Remuneração do Posto	Módulo 4.1 Encargos Previdenciários e FGTS (%) (B)	Incidência Módulo 4.1 Encargos Previdenciários e FGTS (R\$) (C)	Custos Indiretos, Lucro e Tributos dos Postos (%) (F)	Custos Indiretos, Lucro e Tributos dos Postos (R\$) (G)	BASE DE CÁLCULO Aviso Prévio Trabalhado (7 dias) (H)	ALÍQUOTA Aviso Prévio Trabalhado (1/30 * 7) ** (I)	VALOR Aviso Prévio Trabalhado (7 dias) POR POSTO (J) = H x I	Quantidade Total de Profissionais (Postos x Empregados) (K)	Valor do Aviso Prévio Trabalhado A PAGAR Fim do contrato (L) = J x K
1	(AUDITORIA INTERNA - PERÍCIA MÉDICA - MÉDICO)	R\$ 6.000,00	34,30%	R\$ 2.058,00	Custos= 4,00% Lucro= 5,76% Tributos= 8,65%	R\$ 1.630,30	R\$ 9.688,30	23,33%	R\$ 2.260,60	2	R\$ 4.521,21
2	(AUDITORIA INTERNA - ENFERMEIRO)	R\$ 3.274,65	34,30%	R\$ 1.123,20	Custos= 4,00% Lucro= 7,04% Tributos= 8,65%	R\$ 948,32	R\$ 5.346,17	23,33%	R\$ 1.247,44	3	R\$ 3.742,32
3	(AUDITORIA INTERNA - PERÍCIA ODONTOLÓGICA - CIRURGIÃO DENTISTA)	R\$ 6.000,00	34,30%	R\$ 2.058,00	Custos= 4,00% Lucro= 1,48% Tributos= 8,65%	R\$ 1.269,95	R\$ 9.327,95	23,33%	R\$ 2.176,52	2	R\$ 4.353,04
4	(AUDITORIA INTERNA - FATURAMENTO - FATURISTA)	R\$ 1.621,00	34,30%	R\$ 558,00	Custos= 4,00% Lucro= 6,43% Tributos= 8,65%	R\$ 455,62	R\$ 2.632,62	23,33%	R\$ 614,28	3	R\$ 1.842,84
5	(AUDITORIA EXTERNA - PERÍCIA MÉDICA - MÉDICO)	R\$ 5.280,96	34,30%	R\$ 1.804,51	Custos= 4,00% Lucro= 5,93% Tributos= 8,65%	R\$ 1.441,98	R\$ 8.507,45	23,33%	R\$ 1.985,07	1	R\$ 1.985,07
6	(AUDITORIA EXTERNA - ENFERMEIRO)	R\$ 3.474,25	34,30%	R\$ 1.191,67	Custos= 4,00% Lucro= 8,18% Tributos= 8,65%	R\$ 1.061,44	R\$ 5.727,36	23,33%	R\$ 1.336,38	1	R\$ 1.336,38
<b>VALOR TOTAL AVISO PRÉVIO TRABALHADO - FIM DE CONTRATO</b>											<b>R\$ 17.760,86</b>

Obs:

- 1) O I.S.T. somente indenizará a adjudicatária do valor correspondente ao aviso prévio trabalhado de fim de contrato, após a comprovação do pagamento dessa verba aos postos de trabalho;
- 2) O empenho do valor respectivo será solicitado no último ano de vigência do contrato, ou caso o contrato não venha a ser prorrogado;
- 3) \* Alíquota definida conforme o seguinte cálculo: (1 remuneração / 30 x 7 dias = 0,2333 = 23,33 da remuneração mensal do posto.

*Handwritten signature*

## 6 - VALOR TOTAL

Quadro 6.1: VALOR MENSAL DOS POSTOS DE TRABALHO

Tipo de Serviço (A)	Posto de Trabalho (B)	Valor Proposto por Empregado (C)	Quant. de Empregados por Posto (D)	Valor Proposto por Posto (E=CxD)	Quantidade de Postos (F)	Valor Total do Serviço (G=ExF)
Auditoria médica	1) Auditoria Interna - Perícia Médica - Médico	R\$ 12.287,04	1	R\$ 12.287,04	2	R\$ 24.574,08
Auditoria médica	2) Auditoria Interna - Enfermeiro	R\$ 7.306,48	1	R\$ 7.306,48	3	R\$ 21.919,44
Auditoria médica	3) Auditoria Interna - Perícia Odontológica - Cirurgião Dentista	R\$ 12.248,36	1	R\$ 12.248,36	2	R\$ 24.496,72
Auditoria médica	4) Auditoria Interna - Faturamento - Faturista	R\$ 4.166,31	1	R\$ 4.166,31	3	R\$ 12.498,93
Auditoria médica	5) Auditoria Externa - Perícia Médica - Médico	R\$ 10.799,72	1	R\$ 10.799,72	1	R\$ 10.799,72
Auditoria médica	6) Auditoria Externa - Enfermeiro	R\$ 7.799,98	1	R\$ 7.799,98	1	R\$ 7.799,98
<b>VALOR MENSAL DOS POSTOS DE TRABALHO</b>					<b>12</b>	<b>R\$ 102.088,87</b>

Quadro 6.2 - VALOR ANUAL DOS POSTOS DE TRABALHO

Item	Descrição	Valor Total do Serviço
1	Valor mensal dos postos de trabalho	102.088,87
2	Número de meses do contrato	12 meses
<b>VALOR ANUAL DOS POSTOS DE TRABALHO</b>		<b>1.225.066,44</b>

Quadro 6.3: VALOR ANUAL ESTIMADO DOS SERVIÇOS

Descrição	Valor Total do Serviço
Valor anual dos postos de trabalho	R\$ 1.225.066,44
Valor total aviso prévio trabalhado - Fim de Contrato* (Quadro 5.1)	R\$ 17.780,86
<b>VALOR ANUAL ESTIMADO DOS SERVIÇOS</b>	<b>R\$ 1.242.847,30</b>

\* O empenho para pagamento do Aviso Prévio Trabalhado "Fim de Contrato" será solicitado no último ano de vigência do contrato, ou caso não venha a ser prorrogado. Memória de cálculo planilha "5".







## ANEXO V - RESOLUÇÃO Nº 7, DE 18 DE OUTUBRO DE 2005

Art. 1º É vedada a prática de nepotismo no âmbito de todos os órgãos do Poder Judiciário, sendo nulos os atos assim caracterizados.

Art. 2º Constituem práticas de nepotismo, dentre outras:

I - o exercício de cargo de provimento em comissão ou de função gratificada, no âmbito da jurisdição de cada Tribunal ou Juízo, por cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos respectivos membros ou juizes vinculados;

II - o exercício, em Tribunais ou Juízos diversos, de cargos de provimento em comissão, ou de funções gratificadas, por cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de dois ou mais magistrados, ou de servidores investidos em cargos de direção ou de assessoramento, em circunstâncias que caracterizem ajuste para burlar a regra do inciso anterior mediante reciprocidade nas nomeações ou designações;

III - o exercício de cargo de provimento em comissão ou de função gratificada, no âmbito da jurisdição de cada Tribunal ou Juízo, por cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de qualquer servidor investido em cargo de direção ou de assessoramento;

IV - a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos respectivos membros ou juizes vinculados, bem como de qualquer servidor investido em cargo de direção ou de assessoramento;

V - a contratação, em casos excepcionais de dispensa ou inexigibilidade de licitação, de pessoa jurídica da qual sejam sócios cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos respectivos membros ou juizes vinculados, ou servidor investido em cargo de direção e de assessoramento; (Redação dada pela Resolução nº 229, de 22.06.16)

VI - a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação. (Incluído pela Resolução nº 229, de 22.06.16)

§ 1º Ficam excepcionadas, nas hipóteses dos incisos I, II e III deste artigo, as nomeações ou designações de servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo das carreiras judiciárias, admitidos por concurso público, observada a compatibilidade do grau de escolaridade do cargo de origem, a qualificação profissional do servidor e a complexidade inerente ao cargo em comissão a ser exercido, e que o outro servidor também seja titular de cargo de provimento efetivo das carreiras judiciárias, vedada, em qualquer caso a nomeação ou designação para servir subordinado ao magistrado ou servidor determinante da incompatibilidade. (Redação dada pela Resolução nº 181, de 17.10.13)

§ 2º A vedação constante do inciso IV deste artigo não se aplica quando a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público houver sido precedida de regular processo seletivo, em cumprimento de preceito legal.

§ 3º A vedação constante do inciso VI deste artigo se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os magistrados e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização. (Incluído pela Resolução nº 229, de 22.06.16)

§ 4º A contratação de empresa pertencente a parente de magistrado ou servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo poderá ser vedada pelo tribunal, quando, no caso concreto, identificar risco potencial de contaminação do processo licitatório. (Incluído pela Resolução nº 229, de 22.06.16)

*Handwritten signature*





Art. 3º É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juizes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, devendo tal condição constar expressamente dos editais de licitação. (Redação dada pela Resolução nº 9, de 06.12.05)

Art. 4º O nomeado ou designado, antes da posse, declarará por escrito não ter relação familiar ou de parentesco que importe prática vedada na forma do artigo 2º.

Art. 5º Os Presidentes dos Tribunais, dentro do prazo de noventa dias, contado da publicação deste ato, promoverão a exoneração dos atuais ocupantes de cargos de provimento em comissão e de funções gratificadas, nas situações previstas no art. 2º, comunicando a este Conselho.

Parágrafo único Os atos de exoneração produzirão efeitos a contar de suas respectivas publicações.

Art. 6º O Conselho Nacional de Justiça, em cento e oitenta dias, com base nas informações colhidas pela Comissão de Estatística, analisará a relação entre cargos de provimento efetivo e cargos de provimento em comissão, em todos os Tribunais, visando à elaboração de políticas que privilegiem mecanismos de acesso ao serviço público baseados em processos objetivos de aferição de mérito.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Relação familiar		
I - Cônjuge ou companheiro.		
II - Relação de parentesco até o 3º grau, inclusive.		
II.1 - Parentesco natural e civil.		
Linha reta	Ascendente	a) pais - 1º grau b) avós - 2º grau c) bisavós - 3º grau
	Descendente	a) filhos - 1º grau b) netos - 2º grau c) bisnetos - 3º grau
Linha colateral		a) irmãos - 2º grau b) tios e sobrinhos - 3º grau
II.2 - Parentesco por afinidade		
Linha reta	Ascendente	a) sogros (pais do cônjuge ou companheiro) - 1º grau b) padrasto ou madrasta - 1º grau c) padrasto ou madrasta do cônjuge ou companheiro - 1º grau d) avós do cônjuge ou companheiro - 2º grau e) bisavós do cônjuge ou companheiro - 3º grau
	Descendente	a) genro ou nora (cônjuge ou companheiro dos filhos) - 1º grau b) enteados (filhos do cônjuge ou companheiro) - 1º grau c) filhos dos enteados (netos do cônjuge ou companheiro) - 2º grau d) netos dos enteados (bisnetos do cônjuge ou companheiro) - 3º grau
Linha colateral		a) cunhados - 2º grau b) tios e sobrinhos do cônjuge ou companheiro - 3º grau



o desconto de créditos apurados com base em custos, despesas e encargos da pessoa jurídica pagos em etapas anteriores, fazendo com que o valor do tributo efetivamente recolhido, em relação ao faturamento, seja inferior à alíquota dessas contribuições.

5. O cálculo dos percentuais médios de recolhimento de PIS e COFINS, efetivamente recolhidas nos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, deverá ser demonstrado nos termos das planilhas exemplificativas abaixo. Os dados de "faturamento mensal" e "crédito apurado/descontado" devem ser extraídos do documento Registros Fiscais – Consolidação das Operações por Código da Situação Tributária, e do recibo de entrega de Escrituração Fiscal Digital – Contribuições.

Exemplo de Apuração do Percentual Médio de Recolhimento de PIS

MÊS	FATURAMENTO MENSAL	CONTRIBUIÇÃO APURADA	CRÉDITO DESCONTADO	CONTRIBUIÇÃO DEVIDA	PERCENTUAL EFETIVO
	A	B = A x 1,65%	C	D = B - C	E = D / A
MÊS 1	1.200.000,00	19.800,00	2.750,00	17.050,00	1,42%
MÊS 2	1.300.000,00	21.450,00	2.800,00	18.650,00	1,43%
MÊS 3	1.350.000,00	22.275,00	2.700,00	19.575,00	1,45%
MÊS 4	1.180.000,00	19.470,00	2.850,00	16.620,00	1,41%
MÊS 5	1.450.000,00	23.925,00	4.000,00	19.925,00	1,37%
MÊS 6	1.400.000,00	23.100,00	3.300,00	19.800,00	1,41%
MÊS 7	1.250.000,00	20.625,00	3.700,00	16.925,00	1,35%
MÊS 8	1.330.000,00	21.945,00	3.560,00	18.385,00	1,38%
MÊS 9	1.340.000,00	22.110,00	3.230,00	18.880,00	1,41%
MÊS 10	1.270.000,00	20.955,00	2.650,00	18.305,00	1,44%
MÊS 11	1.380.000,00	22.770,00	2.850,00	19.920,00	1,44%
MÊS 12	1.270.000,00	20.955,00	2.770,00	18.185,00	1,43%
PERCENTUAL MÉDIO DO PERÍODO					1,41%

Exemplo de Apuração do Percentual Médio de Recolhimento de COFINS

MÊS	FATURAMENTO MENSAL	CONTRIBUIÇÃO APURADA	CRÉDITO DESCONTADO	CONTRIBUIÇÃO DEVIDA	PERCENTUAL EFETIVO
	A	B = A x 7,60%	C	D = B - C	E = D / A
MÊS 1	1.200.000,00	91.200,00	12.600,00	78.600,00	6,55%
MÊS 2	1.300.000,00	98.800,00	13.500,00	85.300,00	6,56%
MÊS 3	1.350.000,00	102.600,00	14.700,00	87.900,00	6,51%
MÊS 4	1.180.000,00	89.680,00	12.700,00	76.980,00	6,52%
MÊS 5	1.450.000,00	110.200,00	15.200,00	95.000,00	6,55%
MÊS 6	1.400.000,00	106.400,00	17.200,00	89.200,00	6,37%
MÊS 7	1.250.000,00	95.000,00	15.000,00	80.000,00	6,40%
MÊS 8	1.330.000,00	101.080,00	15.500,00	85.580,00	6,43%
MÊS 9	1.340.000,00	101.840,00	13.500,00	88.340,00	6,59%
MÊS 10	1.270.000,00	96.520,00	12.800,00	83.720,00	6,59%
MÊS 11	1.380.000,00	104.880,00	14.000,00	90.880,00	6,59%
MÊS 12	1.270.000,00	96.520,00	15.000,00	81.520,00	6,42%
PERCENTUAL MÉDIO DO PERÍODO					6,51%





**ANEXO IV - DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR PARA EMPRESAS COM TRIBUTAÇÃO PELO  
REGIME DE INCIDÊNCIA NÃO CUMULATIVA**

1. A empresa tributada pelo regime de incidência não cumulativa deverá apresentar comprovação dos cálculos referentes ao percentual que represente a média das alíquotas de PIS e COFINS (observar item 5 deste anexo) efetivamente recolhidas nos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, independentemente da quantidade de meses utilizados no cálculo do percentual, mediante a apresentação dos seguintes documentos:
  - 1.1. planilhas demonstrativas de apuração dos percentuais médios de recolhimento do PIS e da COFINS, conforme item 5 deste anexo, em que os dados de "faturamento mensal" e "crédito apurado/descontado" devem ser extraídos do documento Registros Fiscais – Consolidação das Operações por Código da Situação Tributária, e do recibo de entrega de Escrituração Fiscal Digital – Contribuições;
  - 1.2. cópia do Registros Fiscais – Consolidação das Operações por Código da Situação Tributária referente aos últimos 12 meses anteriores à apresentação da proposta. Este documento apresenta o faturamento mensal;
  - 1.3. cópia do recibo de entrega de Escrituração Fiscal Digital – Contribuições referente aos últimos 12 meses anteriores à apresentação da proposta. Este documento apresenta o crédito apurado/descontado de PIS e COFINS; e
  - 1.4. recibo de entrega da declaração de informações econômico-fiscais da pessoa jurídica, ou outro documento expedido pela Secretaria da Receita Federal, para fins de comprovação do regime de tributação.
2. Caso a licitante tenha recolhido tributos pelo regime de incidência não cumulativa em apenas alguns meses do período, deverá apresentar o cálculo do percentual médio de PIS e COFINS considerando apenas os meses em que houve efetivo recolhimento.
3. Para empresa tributada pelo regime de incidência não cumulativa, que não tenha recolhido tributos por esse regime no período anterior à data da proposta, deverá apresentar percentual médio de PIS e COFINS realizada com base em faturamento e crédito tributário estimados, devendo, ainda sim, apresentar cópia do recibo de entrega de Escrituração Fiscal Digital – Contribuições, e do documento Registros Fiscais – Consolidação das Operações por Código da Situação Tributária referente aos últimos 12 meses anteriores à apresentação da proposta.
4. Para as empresas tributadas pelo regime de incidência não cumulativa de PIS e de COFINS não será admitida, em nenhuma hipótese, a cotação do percentual integral das alíquotas relativas a PIS (1,65%) e COFINS (7,60%), tendo em vista que as Leis 10.637/2002 e 10.833/2003 permitem



ANEXO VI - CALENDÁRIO ADMINISTRATIVO DO TST



CALENDÁRIO 2019																											
(Editado pelo Ato SEGJUD-CP nº 416/2018)																											
JANEIRO								FEVEREIRO								MARÇO											
D	S	T	Q	Q	S	S		D	S	T	Q	Q	S	S		D	S	T	Q	Q	S	S					
			2	3	4	5																					
6	7	8	9	10	11	12																					
13	14	15	16	17	18	19																					
20	21	22	23	24	25	26																					
27	28	29	30	31																							
ABRIL								MAIO								JUNHO											
D	S	T	Q	Q	S	S		D	S	T	Q	Q	S	S		D	S	T	Q	Q	S	S					
				4	5	6																					
7	8	9	10	11	12	13																					
14	15	16	17	18	19	20																					
21	22	23	24	25	26	27																					
28	29	30																									
JULHO								AGOSTO								SETEMBRO											
D	S	T	Q	Q	S	S		D	S	T	Q	Q	S	S		D	S	T	Q	Q	S	S					
			2	3	4	5																					
6	7	8	9	10	11	12																					
13	14	15	16	17	18	19																					
20	21	22	23	24	25	26																					
27	28	29	30	31																							
OUTUBRO								NOVEMBRO								DEZEMBRO											
D	S	T	Q	Q	S	S		D	S	T	Q	Q	S	S		D	S	T	Q	Q	S	S					
				3	4	5																					
6	7	8	9	10	11	12																					
13	14	15	16	17	18	19																					
20	21	22	23	24	25	26																					
27	28	29	30	31																							
Sessão do Órgão Especial								Sessão das Turmas								Feriados											
Sessão da Seção Especializada em Direitos Coletivos								Sessão do Tribunal Pleno																			
Sessão da Subseção I Especializada em Direitos Individuais								Feriados																			
Sessão da Subseção II Especializada em Direitos Individuais								Férias Coletivas dos Ministros (art. 66, § 1º da LC nº 35/79)																			
Abertura/Encerramento Sessão de J. - art. 66, § 2º da LC nº 35/79								Recesso forense (art. 62, I, da Lei nº 5.010/66)																			
FERIADOS																											
1º de janeiro - art. 1º da Lei nº 662/49																7 de setembro - art. 1º da Lei nº 662/49											
4 e 5 de março - art. 62, III, da Lei nº 5.010/66																12 de outubro - art. 1º da Lei nº 6.802/80											
17 a 19 de abril - art. 62, II, da Lei nº 5.010/66																28 de outubro - Dia do Servidor Público - art. 236 da Lei nº 8.112/90											
21 de abril - art. 1º da Lei nº 662/49																1º e 2 de novembro - art. 62, IV, da Lei nº 5.010/66											
1º de maio - art. 1º da Lei nº 662/49																15 de novembro - art. 1º da Lei nº 662/49											
20 de junho - Corpus Christi																8 de dezembro - art. 62, IV, da Lei nº 5.010/66											
11 de agosto - art. 62, IV, da Lei nº 5.010/66																25 de dezembro - art. 1º da Lei nº 662/49											